

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

THAÍS ADÉLIA BARBOSA

**UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE SOBRE O DIREITO À MORADIA E O BEM-
VIVER**

MARIANA

2026

THAÍS ADÉLIA BARBOSA

UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITO À MORADIA E BEM-VIVER

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE
OURO PRETO COMO REQUISITO PARA
CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.
ORIENTADOR: DRA. VERÔNICA MEDEIROS
ALAGOANO

MARIANA
2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B238a Barbosa, Thais Adelia.

Uma aproximação ao debate sobre o direito à moradia e o bem-viver.
[manuscrito] / Thais Adelia Barbosa. - 2026.
50 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Medeiros Alagoano.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Bem-estar social. 2. Direito à moradia. 3. Política ambiental. 4.
Sustentabilidade e meio ambiente. I. Alagoano, Verônica Medeiros. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.334.54

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Thais Adélia Barbosa

Uma aproximação ao debate sobre direito à moradia e Bem-Viver

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 29 de julho de 2026

Membros da banca

Dra. Verônica Medeiros Alagoano - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Raquel Mota Mascarenhas - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Me. Rafael Santiago Mendes - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Verônica Medeiros Alagoano, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/08/2026



Documento assinado eletronicamente por **Kathiuca Bertollo**, VICE-COORDENADOR(A) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL?, em 19/08/2026, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1168609** e o código CRC **211AC6E6**.

AGRADECIMENTOS

É com imensa satisfação que concluo uma etapa tão importante, e tão desafiadora, da minha trajetória acadêmica. Passar pela Universidade Federal de Ouro Preto e cursar Serviço Social me moldou como pessoa e me proporcionou estar no mundo com propósito. Foram longos anos que dificilmente conseguiria enfrentar sozinha. Sou grata à Assistência Estudantil, que me proveu qualidade de vida por meio de moradia, alimentação e apoio financeiro para que eu pudesse estar em Mariana, uma cidade incrível que escolhi chamar de casa. Não poderia deixar de mencionar todos os professores que fizeram parte da minha formação. Profissionais extremamente capacitados, que tanto se dedicam a formar profissionais críticos diante da nossa complexa sociedade. Destaco, com muito carinho, as professoras Raquel Mascarenhas e Verônica Medeiros, e o professor Hélio Rodrigues. Muito obrigada por toda atenção, dedicação, paciência e afeto, e por acreditarem que eu seria capaz de me tornar a profissional que sou hoje. Às minhas grandes amigas Ana e Mariana que, mesmo longe, sempre se fizeram presentes. Amo vocês!

RESUMO

A presente pesquisa é o desenvolvimento de um estudo reflexivo sobre as relações entre os pilares do direito à moradia e como o bem-viver pode contribuir, através de seus princípios, com a viabilização desse direito sem desconsiderar os impactos materiais e os direitos da natureza. Essa pesquisa tem como objetivo geral fazer um resgate histórico sobre o direito em questão e explicitar as contribuições do Bem-Viver para o tema. De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido, é possível mostrar que os princípios do Bem-Viver estão de acordo com os métodos construtivos sugeridos nesse trabalho e que sua aplicabilidade é possível em estruturas de diversos portes, que será demonstrado a partir de alguns exemplos bem sucedidos. Para o embasamento teórico se utilizou diversos autores como Alberto Acosta, Raquel Rolnik, Ailton Krenak, Ermínia Maricato, Eduardo Mancuso e outros. O método utilizado na pesquisa foi a de revisão bibliográfica. Por fim, a pesquisa constatou que a construção agroecológica ainda não é amplamente aplicada, porém, é uma alternativa que está sendo investigada e trabalhada por profissionais da construção civil aliados com organizações populares que possuem princípios adequados para a manutenção da qualidade de vida sem destruição das diversas vidas que compõem a natureza.

Palavras-chave: Bem-Viver; Direito à moradia; Direitos da natureza.

ABSTRACT

The present research is the development of a study on the relationships between the pillars of the right to housing and how 'Buen Vivir' (well-living) can contribute, through its principles, to the feasibility of this right without disregarding material impacts and the rights of nature. The general objective of this research is to carry out a historical rescue of the right in question and to make explicit the contributions of 'Buen Vivir' to the theme. According to the bibliographic study developed, it is possible to show that the principles of 'Buen Vivir' are in accordance with the construction methods suggested in this work and that their applicability is possible in structures of various sizes, which will be demonstrated from some successful examples. For the theoretical foundation, several authors were used such as Alberto Acosta, Raquel Rolnik, Ailton Krenak, Ermínia Maricato, Eduardo Mancuso, and others. The method used in the research was a bibliographic review. Finally, the research found that agroecological construction is not yet widely applied; however, it is an alternative that is being investigated and worked on by civil construction professionals allied with popular organizations that have principles adequate for maintaining the quality of life without destroying the various lives that make up nature.

Keywords: Buen Vivir; Right to housing; Rights of nature.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – SOBREVIVENDO SOBRE A PONTE.....	23
FIGURA 2 – CONSTRUÇÃO DE SUPERADOBE.....	43
FIGURA 3 – OFICINA DO ASSENTADO - OBRA CONCLUÍDA.....	43
FIGURA 4 – ESCOLA DO ASSENTAMENTO JOÃO AMAZONAS EM ILHÉUS.....	44
FIGURA 5 – OBRAS DA OFICINA DO ASSENTADO CONCLUÍDAS.....	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.	23
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Reflexões Sobre a Temática Território.....	9
1.2 Afinal, o que é moradia?.....	17
1.2.1 A Moradia como direito:	20
1.2.2 Moradia não é mercadoria e calçada não é casa	27
2 O BEM-VIVER E SUA RELAÇÃO COM A MORADIA	31
2.1 A relação entre moradia e Bem-Viver	35
2.2 Experiências alternativas ao modelo tradicional de moradia	40
3 CONCLUSÃO.....	48

1 INTRODUÇÃO

A produção deste trabalho está circunscrita à temática de pesquisa que abrange *a realidade das condições de moradia da classe trabalhadora no Brasil*. A relevância deste estudo reside, portanto, na reflexão sobre a moradia como um direito básico, que, embora essencial, tem sido mercantilizado e tratado como um produto, consistindo em um *ensaio ou pesquisa exploratória* acerca dessa temática.

A motivação para este estudo, veio da minha observação dos movimentos sociais, por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que buscam concretizar a luta pelo direito à moradia digna. Esse movimento sempre me chamou a atenção devido às suas ações combativas, associando teoria e prática acerca de um dos direitos mais básicos para a existência do ser social: a moradia. É através da nossa casa que recebemos proteção e espaço para a alimentação, é onde descansamos, cuidamos da nossa saúde e do nosso bem-estar. Meu primeiro contato com o Movimento foi através de uma visita ao acampamento Pátria Livre, localizado em São Joaquim de Bicas (MG), evento proporcionado pelo projeto de extensão GiraCampo. Este território possui a particularidade de ter sido afetado pela mineração e hoje lida com as dificuldades de ter tido seu rio contaminado, principal fonte de água do acampamento, o que prejudicou a produção de alimentos e o dia-a-dia da comunidade. O desejo e a necessidade de garantir, ao menos, a segurança de um lar próprio reflete a busca por estabilidade diante das adversidades impostas pelas contradições do sistema capitalista. A partir desse momento, passei a olhar com mais atenção para as questões relacionadas à moradia, refletindo sobre como sua viabilização poderia ocorrer. Posteriormente, tive acesso a leituras sobre Ecosocialismo por meio de estudiosos como Kohei Saito, Eduardo Mancuso, John Bellamy Foster e Sabrina Fernandes (por meio de sua produção de conteúdo no YouTube).

Essas leituras ampliaram minhas perspectivas sobre as possibilidades e ideais para a construção de um futuro baseado numa relação digna com a natureza. Ou seja, é um tema que também provoca uma reflexão pessoal, pois tenho como objetivo de vida alinhar-me ao ritmo e ao ciclo da natureza, utilizando a bioconstrução como instrumento de trabalho. Essa relação entre humanidade e natureza deve ser construída de forma equilibrada, e não antagônica como ocorre atualmente, através da exploração incessante dos seres da natureza, vistos como recursos naturais. Além disso, reafirmar a importância de preservar não apenas do meio ambiente, mas também da humanidade, promovendo uma sociedade organizada pela classe trabalhadora sob um viés não produtivista e não exploratório, conforme mencionado anteriormente. A construção que respeita os ciclos da natureza é uma tecnologia ancestral que deve ser retomada num

movimento de garantia de direitos e preservação da natureza negando a lógica do construnegócio.¹

A ideia principal deste TCC, desde o início, foi movida pela pergunta de pesquisa que busca entender se *as construções utilizando materiais existentes na natureza poderiam ser um facilitador para os assentamentos sociais que trabalham diretamente com a conquista do direito à moradia?* Na tentativa de responder essa questão, o trabalho como um todo foi construído a partir de pesquisa bibliográfica em torno de dois objetivos específicos, sendo eles: *Compreender o que é território e moradia e refletir sobre a relação do Bem-Viver com práticas de habitação não-capitalistas*. Respectivamente, os debates foram divididos em dois capítulos, no primeiro vamos entender as possibilidades sobre o que é território e moradia e como se dão suas construções e desenvolvimentos a partir de um resgate histórico. Já no segundo, identificamos alguns dos princípios do Bem-Viver e exemplificamos movimentos sociais que já trabalham na construção desse futuro e Bem-Viver.

¹ O termo "construnegócio" se refere à aliança entre grandes empreendimentos da construção civil e interesses capitalistas na exploração dos seres não humanos e da força de trabalho humana. Essa prática se caracteriza pela apropriação privada e pelo uso intensivo da terra, matérias-primas e força de trabalho, visando o lucro máximo às custas do meio ambiente e das condições de vida dos trabalhadores.

Neste momento, buscamos primeiro compreender as complexidades em torno do território, para que possamos adentrar no entendimento do que é a moradia.

1.1 Reflexões Sobre a Temática Território

A compreensão sobre território é muito diversa e pode ocorrer por meio de algumas perspectivas. Neste momento vamos ter como referência a autora Maria Helena Elpídio Abreu (2015), que elaborou suas reflexões a partir de estudos desenvolvidos por David Harvey, Henri Lefebvre e Karl Marx. A partir desses autores, constrói sua pesquisa intitulada ‘Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo’, que aborda o território como um item primordial quando se debate a produção e a reprodução do ser social. De modo aproximado, Raquel Rolnik (2021) discute que a necessidade de se estudar território surge devido às inúmeras questões que se correlacionam a ele, sendo a problemática inicial a relação com o desenvolvimento econômico e a sua abordagem na Constituição Brasileira de 1988.

Antes de adentrar a formação social capitalista brasileira, cabe destacar que os povos indígenas que ocupam a área, hoje delimitada como pertencente ao Estado Brasileiro, compreendem o território como parte integrante de seus corpos, sendo essencial para a permanência de suas culturas tradicionais.

No contexto da sociabilidade burguesa, o território é a representação geográfica do modo de organização capitalista, pois é o pano de fundo do processo de concretização da organização econômica e social, que podem ser entendidas como um mecanismo de gestão burocrática que supre as necessidades imediatas do mercado. Abreu (2015) compreende o território como um espaço de disputas na relação entre capital e trabalho, além de indagar como o território é contemplado pelas políticas públicas. Entende-se que o território é construído a partir de vivências, sendo assim, é por meio delas que as relações sociais e os espaços são desenvolvidos e, portanto, está em constante renovação.

Num movimento de resgate histórico, Raquel Rolnik desenvolve o texto intitulado ‘Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro’, onde o objetivo central da autora é compreender a ocupação de territórios majoritariamente negros nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. O recorte histórico parte do fim da escravidão no Brasil até o início dos anos 80. Para além da questão racial, é debatido o significado do

conceito de território urbano que foi construído por determinada classe social e, conseqüentemente, caracterizado por suas especificidades.

A pensadora entende o corpo como primeiro espaço de habitação pois, depois de arrancados de suas terras, os povos negros usam seus corpos, que apenas portavam já que nem de si mesmos tinham propriedade, para ocupar e transformar as senzalas. Estes espaços passam de centros de vigilância e confinamento para terreiros que reafirmaram a união de todos e transformam o grupo em comunidade.

As ruas também eram espaços negros, por elas atravessavam diariamente milhares de pessoas escravizadas que eram obrigadas a realizar os serviços domésticos. Além desses, os escravos de ganho, que eram literalmente alugados por horas ou dias, conquistaram a chance de algum dia conseguir comprar suas liberdades. Desta forma, os libertos foram ganhando cada vez mais espaços nas cidades devido a execução de seus trabalhos como sapateiros, barbeiros, cirurgiões, quitandeiros e carregadores.

O mercado cafeeiro se destaca na economia nacional e assim inicia o processo de transformação territorial e importação de força de trabalho europeia. Com isso desenvolve-se uma falácia racial de que, a miscigenação seria capaz de apagar a desqualificada cultura dos negros e transformar o Brasil através da honrosa cultura dos brancos. Uma das conseqüências foi a política imigratória do Estado Brasileiro, que incentivava populações europeias brancas a se deslocarem para São Paulo e Rio de Janeiro a partir de 1888.

Quando o declínio da cafeicultura acontece, a população negra que trabalhava nas plantações na zona rural migra para as cidades e constroem os Quilombos Urbanos. Estes eram espaços nos centros das cidades onde habitavam comunidades negras que podiam ser semiurbanas e/ou religiosas.

Com a transição de uma sociedade senhorial-escravista para uma que é medida através do acúmulo de riquezas, a terra é transformada em mercadoria e as cidades passam por um processo de adaptação ao capitalismo. Paralelamente, a população branca migra para a periferia das cidades buscando privacidade e exclusividade burguesa, cercados por muros e jardins em chácaras. Enquanto isso nas cidades, a população negra se acumula em cortiços, ou seja, imóveis abandonados pelos brancos. Novas habitações também eram construídas próximas às moradias ainda ocupadas pela burguesia. Isto se dá principalmente devido a oferta de trabalho vinculado aos cuidados domésticos, já que, os imigrantes haviam substituído os negros libertos em outras ocupações. A partir daí, a maioria dos novos bairros que surgiram eram ocupados por pessoas brancas.

Um novo investimento por parte do poder público foi elaborado, intitulado de ‘melhoramento da capital’, o centro de São Paulo passa por um processo de transformação estrutural onde a população negra e seu ‘espírito’² são levados para outros lugares. O centro passa a ser organizado para atender as necessidades da população burguesa. Neste momento, os espaços são segregados e definidos segundo suas utilidades, indo no sentido contrário do que se estabelecia na rotina dos negros. O lugar de socializar, morar e rezar não se esbarravam mais. Já os negros, expulsos do centro se deslocam para os morros dando início as ocupações.

Numa classificação decenal, os anos 30 foi marcado por uma expansão periférica. Refere-se ao processo de loteamento e de autoconstrução em bairros mais afastados, o que dificultava o acesso aos equipamentos e transporte público (especificamente ônibus). Em 1940, ocorre um forte processo de migração interna no país devido ao agravamento da xenofobia, este fantasiado de valorização da população nativa. O início dessa década é marcado pelo menor número de não-brancos que voltou a crescer apenas em 1950 devido à migração interna de mineiros e nordestinos para São Paulo e Rio de Janeiro. Enfim em 1980, a definição da identidade racial fica demarcada e em cada bairro o número de brancos e negros constroem o perfil socioeconômico. É constatado que, quanto mais longe do centro, maior é a porcentagem de pessoas negras que habitam os espaços.

A população negra, numa tentativa de se colocar na sociedade, inicia a chamada desmarginalização do negro. A Frente Negra Brasileira realiza o trabalho de comprar terrenos em loteamentos na periferia e, desta forma, proporcionar casas próprias, além de instruir e reorganizar o núcleo familiar em formato de comunidade.

A construção de favelas nos arredores dos bairros burgueses, onde a população trabalhadora é a base da organização do cotidiano dos financeiramente abastados, não significou sua aceitação e homogeneização, muito pelo contrário. Devido a proximidade dos territórios, conflitos geográficos e sociais foram desenvolvidos desencadeando um plano de desfavelização. O processo de extinguir as favelas, que não se concretizou de forma ampla, fez com que essa população migrasse para os conjuntos habitacionais. Além da questão territorial, essa mudança arquitetônica onde as casas são blocos homogêneos, simétricos e repetidos, facilitou o controle do espaço além de exterminar a identidade visual das favelas.

Num outro momento, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik contribui com a discussão elaborando ideias que são um conjunto de reflexões das obras de David Harvey em paralelo

² O termo ‘espírito’ faz referência ao livro ‘A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo’ onde o termo representa a cultura e o modo de viver da população negra naquele contexto histórico.

com suas próprias elaborações. O debate³ central que Rolnik propõe gira em torno de compreender qual é o papel do território para a economia-política. Esta abordagem, em paralelo com alguns pontos desenvolvidos por Harvey sobre o papel da urbanização dentro da perspectiva capitalista, ocorre devido aos momentos históricos contemporâneos a ele, como por exemplo, o confronto entre formações liberais e marxistas nas cidades. Um exemplo muito marcante é a atuação do movimento antirracista da população negra que, através de manifestações, ocupou a periferia no espaço urbano. Rolnik (2007) traz a luz a relação entre assentamentos precários e classes sociais e explicita em quais aspectos essas pessoas são lesadas, por exemplo, na falta de acesso à água potável e tratamento de esgoto.

Segundo dados levantados pelo IBGE no começo do ano dois mil (MUNIC – IBGE 2000), grande parte das moradas urbanas estavam em condição de ilegalidade e/ou precarização. De modo mais específico, quase todas as cidades com mais de 500 mil habitantes possuíam assentamentos irregulares, em cidades que tinham entre 100 e 500 mil habitantes, 80 por cento e em cidades com menos de 20 mil habitantes, 30 por cento. O Ministério das Cidades mostra que mais de 12 milhões de domicílios precarizados são ocupados por famílias com renda abaixo de 5 salários mínimos. Os assentamentos irregulares apresentam algumas problemáticas que impactam diretamente a qualidade de vida dos que lhes habitam, podendo ser terrenos frágeis ou não passíveis de ocupação (encostas íngremes e áreas inundáveis). Devido a condição de irregularidade, são invisíveis nos mapas e cadastros da prefeitura e concessionárias de serviços públicos, ou seja, são espaços que crescem e exigem fisicamente, mas que não são vistos.

A população mais pobre está nas áreas mais precarizadas, onde as oportunidades de lazer, trabalho e cultura são poucas. A concentração de oportunidades em determinada área da cidade exige um deslocamento diário e massivo dessa classe, o que causa um colapso do sistema de transporte. As formas de exclusão social se acumulam e impossibilitam o acesso à alimentação, saúde, educação, entre outros direitos básicos, desta forma, se torna muito difícil a ascensão social. Essas condições sustentam o chamado urbanismo de risco caracterizado pelo clientelismo e perdas ambientais, como desmatamento, enchentes e erosão. Espaços qualificados são disputados pelo mercado imobiliário, impondo imóveis mais caros que não existiriam se a distribuição fundiária fosse feita de modo adequado. Porém, mesmo nas periferias, os preços estão cada vez mais altos já que a população empobrecida não é escassa.

³ Esse debate pode ser encontrado no YouTube com o título ‘Introdução a DAVID HARVEY – Aula #1: Uma visão marxista do espaço urbano – Raquel Rolnik’

Rolnik explicita que essa condição pode ser entendida como um apartheid nas cidades pois é a separação entre centros e periferias, algo que não é natural. Além disso, conclui que as políticas de habitação, planejamento e a gestão do solo urbano, por parte do Estado, tem reforçado a concretização do apartheid. No Brasil entre os anos 1976 e 1986, um projeto político foi executado: a aquisição isolada de terrenos organizada pelo Banco Nacional da Habitação através do financiamento cedido pelo Sistema Financeiro de Habitação. Os terrenos adquiridos encontravam-se cada vez mais distantes dos centros urbanos em áreas que nem sempre impactavam positivamente o crescimento urbano, além disso, exigiam investimentos por parte do poder público para a garantia dos serviços básicos necessários.

Os terrenos que a lei permite urbanizar, assim como os financiamentos que a política habitacional praticada no País tem disponibilizado, estão reservados ao restrito círculo dos que têm dinheiro e propriedade da terra. A política habitacional de interesse social tem reforçado a exclusão dos mais pobres, ao localizar estes conjuntos em periferias distantes e precárias (ROLNIK, 2007, p. 26).

Em relação à histórica prática clientelista, existem modos de fuga: a implementação de políticas urbanas que viabilizam recursos financeiros, mas também mecanismos permanentes de acesso à terra legal e formal para a população pobre, ou seja, reorganizar os instrumentos e como a gestão é gerenciada atualmente.

Quando debatemos território, podemos ver como o macro afeta o micro e como este demonstra as contradições presentes no plano material. O abandono histórico acerca da moradia como um direito básico é um facilitador para a intensificação das contradições do capitalismo financeiro. A principal consequência é o entendimento das cidades como espaço para atividades de especulação financeira e fundiária (ABREU, 2015). Esse debate é exemplificado no documentário ‘A cidade é uma só?’ de Adirley Queirós que propõe a discussão sobre as contradições presentes no processo de desenvolvimento geográfico na capital do Brasil.

Nele é retratado o momento de construção da região administrativa do Distrito Federal, a Ceilândia. Este nome faz parte do projeto organizado pelo Governo Federal nomeado de Campanha de Erradicação das Invasões (CEI). Devido a construção de Brasília, anos de êxodo nacional ocorreram para ocupar as vagas de trabalho na cidade. Essa população foi se assentando na área em torno, conhecida como Vila IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários). Estes espaços cresciam de forma irregular e eram caracterizados por não possuírem condições mínimas de higiene e conforto para aqueles que ali habitavam. Como ‘solução’ lhes foi prometido a transferência dessa população para uma área ‘decente’, termo muito usado no documentário para descrever os espaços em questão. Essa localidade se tratava de Ceilândia que, teoricamente, estava sendo preparada para receber todas as famílias que foram

obrigadas a sair de suas casas na Vila. Entretanto, Ceilândia era muito afastada, no meio do mato e com terra batida, ou seja, totalmente isolada e, assim, se tornou um ‘depósito de pobres’, como caracteriza uma das moradoras. A propaganda para convencer o restante da população de que a remoção era necessária e benéfica para os moradores foi tão apelativa que recrutaram crianças de Ceilândia para formar um coral e cantar repetidamente o jingle pela cidade (PASSEANDO UNB, 2019).

Infelizmente esse tipo de conduta com a população em situação de moradia irregular e de rua ainda é uma realidade. A série documental do jornal Brasil de Fato (2025) demonstra no episódio ‘Moradia’ a situação da região conhecida como Cracolândia em São Paulo, capital. O documentário debate sobre a importância do desenvolvimento de projetos públicos que garantam moradia digna para pessoas em situação de rua da cidade. Há a demonstração dos impactos positivos exemplificados pelo antigo projeto de hotel social ‘De Braços Abertos’ que, diferente de albergues, era disponível 24 horas por dia e com atendimento especializado, além de encaminhar os ‘hóspedes’ para trabalhos meio-período. Desta forma, foi observado a melhora em relação à saúde como, por exemplo, ganho de peso e acesso a equipamentos públicos já que, desta forma, possuíam um endereço onde a equipe médica conseguia os encontrar. Além disso, significativa diminuição do uso de drogas, momentos de descanso com qualidade, segurança para os itens pessoais, menor risco de abuso sexual, aumento do vínculo com familiares, entre outros benefícios. Hoje o projeto não existe mais, ele foi substituído pelo ‘Redenção’ durante o governo do antigo prefeito Dória. A proposta seria a mesma, porém, na prática, o projeto não oferece acolhimento e possui regras punitivistas, colocando dezenas de pessoas nas ruas novamente.

Outra ferramenta de garantia de moradia refere-se às ocupações urbanas que proporcionam condições para aqueles que não possuem nenhum tipo de suporte. No episódio ‘Moradia’, citado anteriormente, é exibido a vida de Sueli de Sousa Floriano, moradora da ocupação Mauá e confirma que este espaço garantiu poder ter alimentação e condições para criar seus filhos. Ivaneti de Araújo, moradora da ocupação, enfatiza que o lugar tirou famílias das ruas e também pôde garantir qualidade de vida para aqueles que estavam submetidos a aluguéis abusivos que os impediam até mesmo de comer com dignidade. As famílias se beneficiam e ainda fortalecem a luta por moradia.

Com o desenvolvimento do capitalismo, as cidades cessam o método de construção que visa atender as necessidades da vida e transicionar para a construção de lugares que são pensados para extrair renda. Se torna uma forma de capital excedente a ser investido e

valorizado, ou seja, esses espaços são pensados para gerar cada vez mais renda para o capital (investimentos que geram rentabilidade). Os espaços e suas construções são a fundação para a concretização do bem financeiro e capital fictício além da renda fundiária e da propriedade privada.

Outra forma de fazer a mais-valia girar é através da (re)construção de novos espaços, isto pode ser realizado a partir do desenvolvimento de guerras e/ou cidades. Desse modo, é necessário gastar quantidades exorbitantes de capital monetário e, além de revolucionar os meios de produção, aumenta a produtividade e permite que o meio de produção ganhe escala novamente. Um impacto significativo desse movimento é a conquista de territórios que ainda não seguem o modo de organização capitalista, como por exemplo, os territórios indígenas. Em paralelo ocorre a desvalorização das antigas estruturas para que novas sejam feitas ou as antigas, pelo menos, revitalizadas. Um exemplo muito claro que ocorreu no Brasil foi o abandono da rede ferroviária e o desenvolvimento de estradas para carros (TV BOITEMPO, 2021).

Uma fronteira a esse processo de ocupação burguesa do território é, originalmente, a luta pela demarcação de terras indígenas. Ou seja, há um impacto negativo significativo desse movimento de conquista sob territórios que ainda não seguem o modo de organização capitalista, como por exemplo, os territórios indígenas.

A participação do Estado nesta organização de superprodução é fundamental pois é ele quem conduz as obras de infraestrutura. Ele participa assumindo o papel de garantir condições básicas para dominação capitalista do território, para isso, tomando decisões que vão contra os direitos sociais e, também, alocando investimentos no setor privado. O Estado participa impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas desde a produção material, circulação até ao consumo. As metodologias utilizadas são o controle através do poder político, investimentos públicos voltados para a criação de estruturas que beneficiam o mercado e do aparato militar, no dia a dia ou abafando manifestações contra a ordem (ABREU, 2015).

No contexto de dominação capitalista dos territórios, mediada pelo Estado, os déficits habitacionais e as ocupações ilegais são agravadas por distribuição de renda irregular, oriundas de condições de baixo assalariamento em postos de trabalho precários e falta de subsídios em políticas sociais. As ocupações irregulares são gerenciadas pelo Estado, pois assim, os outros agentes que ocupam o espaço urbano não são lesados. Estes problemas já estavam presentes em 1940. Devido ao intenso movimento de migração interna da área rural para a urbana, em paralelo com um poder público inexpressivo e até mesmo ausente, eram agravados por um ambiente majoritariamente industrial caracterizado por condições de trabalho exploratória e

totalmente inadequadas. Desde esse tempo, o salário mínimo já não era adequado para atender as demandas de, pelo menos, sobrevivência e, por esse motivo, foram obrigados a priorizar necessidades inadiáveis como a alimentação, por exemplo. Entre as décadas de 1970 e 1980 há a densificação e a criação de novas favelas devido ao colapso do mercado imobiliário, a inflação e os baixos salários. A aglomeração nas favelas é tratada de forma classista pois, os pobres são tidos como perigosos, já que, a pobreza é vista como sinônimo de violência.

A autora destaca que o pensador Lojkin define três tipos de segregação predominantes na rotina da classe trabalhadora, são elas: exclusão da região central da cidade, dificuldade de acessar os equipamentos e transporte público. Com estas limitações, além da exclusão social há também a exclusão espacial, obrigando a classe trabalhadora a acessar determinados espaços com escassa infraestrutura, o que impacta a qualidade de vida e o acesso ao trabalho. Segundo Sposati e Toledo, esses espaços precarizados são na verdade ‘pedaços de cidade’ já que existem os moradores da cidade e os da não-cidade onde os da não-cidade não conseguem usufruir do direito à cidade. Buarque complementa que, esses são expulsos não ‘apenas’ do poder de consumo, de bens ou serviços, mas também do gênero humano consolidando a intolerância social.

É necessário questionar organizações, como por exemplo o Banco Mundial, que possuem discursos mercadológicos e que naturalizam a existência do capitalismo e, conseqüentemente a pobreza, como se esse fosse natural ao ser humano. Neste tipo de sociedade, a pobreza é tratada como mal necessário pois deste modo o desenvolvimento da sociedade é inevitável. A violência passa a ser comum nas caracterizações de regiões permeadas pela pobreza, principalmente sobre aquelas onde a desigualdade social e segregação espacial são mais expressivas. Expõe-se que mazelas como racismo, alcoolismo, drogas e baixo nível de escolaridade são fatores importantes que demarcam o aumento do número de homicídios. Esta sociedade, portanto, é caracterizada por um ‘Estado Penal’ (BEHRING, 2004) que tem como estratégia para a segurança pública a ‘criminalização da pobreza’ (BEHRING, 2004), ou seja, domesticar e encarcerar aqueles que não se encaixam na ‘cidadania da carteira de trabalho assinada’ (TELLES, 2001). Entretanto, cabe destacar que a exploração da força de trabalho, que é o pilar para a concretização da mais-valia, é a responsável pelo agravamento das desigualdades sociais e da pobreza, em que se tem frágeis leis trabalhistas, intensificação da informalidade, diminuição dos salários e marginalização dos trabalhadores menos qualificados.

As contradições em torno das expressões das “questões sociais” que dizem respeito à moradia, é apenas uma das incontáveis situações que a classe trabalhadora é atingida nos

centros urbanos. Esses espaços possuem uma quantidade exorbitante de pessoas desenvolvendo hiper e mega cidades com enorme aglomeração humana. Uma resposta para ‘solucionar’ essas expressões da questão social nas cidades foi o processo de higienização e privatização. A crise da moradia está organizada pelo modelo capitalista. Ela é mantida pelos baixos salários, subemprego massivo, distribuição extremamente desigual das rendas, além disso, devido ao modelo de produção e comercialização da moradia, encontramos preços exorbitantes. Esta problemática é comprovada através de dados que mostram como as condições de moradia impactam no desenvolvimento em outras áreas da vida.

Neste momento fica claro que no capitalismo a função do território não é ‘apenas’ o habitar, mas também lucrar. Para que isso seja viável, o setor privado conta com o Estado para mediar relações, facilitar condições básicas de produção e receber investimentos. Nesses termos, observamos que sob a égide do capitalismo o território passa a ser dominado a partir do desenvolvimento do coletivo que naquele espaço habita e que é influenciado diretamente pela organização econômica e social dominante. A relação território x moradia é construída a partir de décadas de mudanças políticas, sociais e econômicas que afetam diretamente a população, conforme se expressou na formação social capitalista brasileira com a colonização e escravidão de povos indígenas e negros. Um processo que decorre, no processo de especulação imobiliária, conforme exemplificada em Brasília e São Paulo. Revelando que as expressões da “questão social”, especificamente em torno da moradia estão presentes por todo país e, por isso, a importância de projetos públicos e movimentos sociais que realizam trabalhos para combater essa condição.

1.2 Afinal, o que é moradia?

A moradia⁴, conforme entendimento de Azeredo (2016), pode ser compreendida para além de quatro paredes e um teto. A autora diz:

Considerando que o espaço antecede ao uso, e o uso, por sua vez, produz novos espaços, nos interessa pensá-lo em sua configuração sociocultural, com ênfase na esfera doméstica — enquanto lugar privilegiado de relações. Nesses espaços são

⁴ Cabe destacar que as reflexões tecidas sobre a moradia também estão circunscritas a uma determinada forma societária, que, histórica e socialmente, construiu uma forma específica de habitação. Da mesma forma, cabe destacar que coexistem diversas formas de moradia, ainda que, nos moldes de um mundo organizado pela lógica do capital, sobressaia uma forma hegemônica.

construídas identidades individuais e sociais, num processo de significação do território que os sujeitos se apropriam e dominam (AZEREDO, 2016, p. 208).

Existem outras reflexões relevantes que são abordadas por Azeredo. A visão antropológica entende a moradia como a delimitação de espaços onde são desenvolvidas práticas sociais entre diferentes agrupamentos humanos. Já o aspecto material e arquitetônico aborda a moradia como a expressão da diferenciação social, como renda familiar, escolaridade e outros. E a partir do ponto de vista cultural, a casa representa o modo de vida dos moradores através de suas rotinas domésticas e sociais. Ali estão presentes regras baseadas nos valores impostos ou compartilhados entre eles.

Outro autor que se destaca quando procuramos entender o que é moradia é Heidegger. Suas pesquisas partem do ponto de investigação através da linguagem, pois é através da comunicação que se compartilha as ideias. Ele não se contenta com a interpretação simples das palavras e, por este motivo, compreende que a relação complexa entre construir e habitar estão intrinsecamente correlacionados. O objetivo do construir é o habitar e é no habitar que o construir se conclui, ou seja, um não existe sem o outro. Heidegger entende que o habitar vai para além do estar em uma casa ou a qualquer espaço construído, ele extrapola o material. Ele se estende para outros espaços que proporcionam abrigo para realizar as atividades desejadas, pois o habitar é estar presente em qualquer lugar do mundo. Desta forma podemos concluir que o autor entende que nossa primeira casa é o próprio planeta Terra (SILVA; ALMEIDA, 2023).

Azeredo reforça essa ideia argumentando que as casas absorvem as histórias de vida de seus habitantes, ou seja, ela se torna lar através das experiências que cada uma passa naquele espaço. Também destaca o quão relevante é compreender a moradia como uma entidade não petrificada, mas sim em constante construção. As histórias vividas determinam como o lar é visto por seus moradores. Para alguns se trata de um espaço de refúgio, acolhimento e segurança, já para outros, estranhamento. Isto se dá através dos acontecimentos vivenciados nesse espaço que são determinados pelas relações e condições de vida de cada um. Para além do desdobramento subjetivo das casas, também faz parte do desenvolvimento adequado da moradia, o aspecto estrutural desse ambiente. Azeredo entende essa condição como: “Ocorre que independente do aspecto arquitetural, as casas são pontos de apoio para a satisfação das necessidades básicas, e sua funcionalidade permite ou deveria permitir acessar condições essenciais de habitabilidade e ambiência” (AZEREDO, 2016, p. 210). Contudo, ele argumenta que refletir sobre a moradia exige também compreender sua inserção no território e suas conexões com o espaço coletivo. A moradia representa a transição entre o público e o privado. Esta afirmação passa a ser coerente quando entendemos que a casa dialoga com todo

seu exterior; ela é um pedacinho de algo maior: bairro, cidade, estado, país, mundo. Azeredo afirma que:

Esse sujeito em relação habita não só a casa, mas seu entorno. Dela ele constrói a leitura do mundo, sob o ângulo que sua geografia de oportunidades permite avistar e alcançar. É desse lugar central ou marginal, em termos de acesso a condições de cidadania, que o sujeito-habitante toma seu lugar na sociedade e é por ela reconhecido ou ignorado. Com essa visão, não é sem razão que a casa enquanto meio comunicacional expressa uma linguagem sobre quem nela habita. A casa fala por nós e de nós (AZEREDO, 2016, p. 217).

A localização do imóvel faz toda diferença na qualidade de vida dos moradores. Ela determina como será a relação entre a população e o bairro. O acesso ao trabalho, saúde, escolaridade, ou seja, as necessidades básicas da família em questão, serão contempladas? É necessário considerar que o tempo de deslocamento e os custos envolvidos impactam diretamente nas escolhas e opções do dia a dia. Azeredo enfatiza que:

[...] à territorialidade exercida pelos moradores por meio do controle sobre o espaço. Agir sobre a moradia e modificá-la, expressa territorialidade' (BRANDÃO; HEINECK, 2003, p. 38). E é a territorialidade que desenha a identidade dos que nela habitam e permite que a casa dialogue com o bairro (AZEREDO, 2016, p. 210).

Nesta seção discutimos sobre as diversas formas de entender o que é moradia e alguns exemplos de quais perspectivas ela pode ser abordada. Também compreendemos que moradia nos insere na sociedade e, a partir disso, vamos entendê-la como um direito social.

A partir do momento que a moradia passa a ser tratada como um bem de consumo e não como um direito básico que todos devem ter acesso, um abismo é criado. A sociedade capitalista é composta por uma desigualdade de classes tão violenta que enquanto algumas famílias possuem imóveis que vão para muito além do necessário para suprir suas necessidades básicas, outras dividem apenas um imóvel na tentativa de ter um espaço para voltar depois do trabalho. Moradia tem se tornado cada vez mais um item de luxo devido um mercado onde é possível adquirir um espaço por até mesmo alguns milhões de reais. Casas com inúmeros e gigantes cômodos, salas de cinema, academia, piscina, lagos entre outros supérfluos particulares não são incomuns na grande mídia. Só que isso não deve ser tratado como aceitável enquanto pessoas dormem nos chãos das ruas, sem conseguir atender suas necessidades básicas de higiene e sem saber quando será sua próxima refeição. Esta indignação não é só minha! Podemos acompanhar alguns movimentos e indivíduos que dedicam suas vidas a mudar essa realidade no nosso país.

No tópico seguinte abordaremos sobre o conceito de moradia e porque ela não pode ser facultativa e dados coletados pela rede de Assistência Social que trabalha diretamente com o público em situação de vulnerabilidade.

1.2.1 A Moradia como direito:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é um importantíssimo documento pois tem como principal objetivo promover a redemocratização do país após longos vinte e um anos de Ditadura Militar. Ela discorre sobre diversos direitos básicos que devem ser garantidos aos cidadãos por parte do Poder Estatal por serem considerados direitos fundamentais. Segundo a Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (art. 6º, § único, 1988). A moradia se expressa como item fundamental pois desde os primórdios da humanidade a busca por um espaço que suprisse demandas, como por exemplo, proteção física e alimentação, sempre foi uma prioridade. Podemos entender até que a humanidade e a moradia obrigatoriamente coexistem; sem moradia adequada não é possível manter a própria vida. Outros artigos da Constituição se destacam por determinarem direitos da população em relação a garantia a cidade e a moradia que devem ser providenciados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O primeiro a ser destacado é o Art. 23, IX que diz: “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

Uma forte política pública que se desenvolveu em decorrência dessas situações é o tão conhecido ‘Minha Casa, Minha Vida’. O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é uma iniciativa do governo federal brasileiro, criada em março de 2009, com o objetivo de facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda. O programa oferece subsídios e condições de financiamento diferenciadas para a aquisição da casa própria, atendendo tanto áreas urbanas quanto rurais. A gestão do MCMV é realizada pela Caixa Econômica Federal, que atua como agente financeiro e operacional do programa. A Caixa é responsável por gerenciar os processos de financiamento e a entrega dos subsídios, facilitando o acesso das famílias ao programa que é estruturado conforme as diferentes faixas de renda, visando atender às necessidades específicas de cada segmento da população. Por exemplo, a Faixa I é destinada a famílias com renda mensal bruta de até R\$2.640,00 reais, oferecendo subsídios significativos para a aquisição da moradia.

Sob a ótica do Serviço Social, o MCMV pode ser analisado como uma política pública que, embora vise reduzir o déficit habitacional no país, acaba por reforçar as estruturas capitalistas e as desigualdades sociais que, ao estabelecer parcerias público-privadas, beneficia

significativamente o setor privado, especialmente grandes construtoras e instituições financeiras, garantindo-lhes lucros substanciais por meio de financiamentos habitacionais. Essa dinâmica transforma a moradia, um direito fundamental, em uma mercadoria sujeita às leis de mercado, perpetuando a lógica de acumulação de capital. Além disso, a infraestrutura precária e acesso limitado a serviços essenciais, como transporte, educação e saúde, contribuem para a segregação socioespacial, afastando a população dos centros urbanos e mantendo as regiões centrais reservadas às elites. Consequentemente, os beneficiários do MCMV enfrentam desafios adicionais relacionados à mobilidade urbana e à integração social. Outro aspecto crítico é o endividamento das famílias de baixa renda. Ao promover o financiamento imobiliário como principal meio de acesso à moradia, o programa submete os trabalhadores a longos períodos de dívida, comprometendo uma parcela significativa de sua renda mensal. Essa condição reforça a dependência das instituições financeiras e limita a capacidade de consumo e investimento em outras áreas também essenciais de subsistência, perpetuando ciclos de pobreza e vulnerabilidade econômica.

Para além da Constituição Federal, no Brasil há diversos dispositivos constitucionais que delimitam direitos e garantias fundamentais aos cidadãos. Neste momento é válido mencionar o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que se trata de uma legislação urbanística que dispõem aos municípios o controle do solo urbano, além de garantir que o interesse coletivo, o bem-estar social e o acesso a moradia se sobressaiam dos interesses da especulação imobiliária. Logo no início do documento os artigos 182 e 183 se destacam. O primeiro busca definir quais os objetivos da política de desenvolvimento urbano através das seguintes delimitações: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.” (ESTATUTO DA CIDADE, p. 11).

A última edição do Estatuto da Cidade foi disponibilizada em 2008, porém, mesmo após 18 anos, o artigo 183 ainda é motivo de polêmicas, pois garante o direito de apropriação de terra conforme sua função social. Assim o entende e o faz cumprir:

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (ESTATUTO DA CIDADE, p. 11).

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) desenvolve uma série de regulamentações que resguardam a função social da propriedade e da moradia digna com foco em populações de

baixa renda. Especialmente o Art. 39 detalha o entendimento de quando uma propriedade urbana cumpre sua função social:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando Estatuto da Cidade 27 o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei (ESTATUTO DA CIDADE, p. 26-27).

A preocupação de facilitar moradia digna com foco em populações de baixa renda também está presente no documento. O art. 8º cita esta preocupação: “O sistema financeiro da habitação, destinado a facilitar e promover a construção e a aquisição da casa própria ou moradia, especialmente pelas classes de menor renda da população, será integrado.” (ESTATUTO DA CIDADE, p. 83)

Conforme podemos observar, o tema moradia é debatido há décadas. No entanto, esse direito não se aplica de modo pleno à população, e isso é posto à prova durante nosso próprio dia a dia. O principal questionamento que quero levantar aqui é o de que, se moradia é um direito básico, quando é que ter uma casa se tornou tão difícil? Além disso, há a contradição de classes. Encontramos pessoas que são detentoras de estruturas que vão para muito além do necessário para se reproduzir e, em paralelo, nos deparamos com realidades tristes, por assim dizer, onde famílias dividem uma casa ou até mesmo lutam para sobreviver nas ruas.

Quando penso em direito à moradia, a primeira coisa que me vem à cabeça é justamente a importância do debate acerca das pessoas em situação de rua. Para nos ajudar a compreender melhor a realidade atual do país, basearei minha análise no documento ‘População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal’. Este é o último estudo elaborado pelo Governo Federal, pesquisa viável devido ao trabalho de busca ativa dos profissionais da assistência social (BRASIL, 2024, p. 33).

Figura 1 – Sobrevivendo sobre a ponte



Fonte: Rovena Rosa/Agência Brasil

O documento informa que, em 2022, o número total de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico, a principal fonte desta pesquisa, era de 236.400 indivíduos (BRASIL, 2024, p. 15). No entanto, é importante lembrar que há uma parcela de pessoas em situação de rua que não possuem documentação ou acesso aos serviços da assistência social, e, por isso, não foram contabilizadas (BRASIL, 2024, p. 13). Segundo o relatório, o perfil identificado é o seguinte:

Tabela 1 - Perfil da população em situação de rua

Categoria	Porcentagem
Sexo masculino	87%
Entre 30 e 49 anos	87%
Negros	68%
Alfabetizados (ler e escrever)	90%
Já trabalharam de carteira assinada	68%

Fonte: Elaborada pela autora com base em Brasil (2024).

A partir dessa tabela, é possível identificar que a população em situação de rua possui um perfil claro de homens negros ainda jovens, que são alfabetizados e que já tiveram alguma experiência com trabalho regular. O documento em si não realiza uma reflexão profunda a partir dos dados apresentados, porém, a partir deles podemos tirar algumas conclusões. Uma delas é que raça está diretamente ligada à marginalização da população. É de senso comum que os empecilhos para a manutenção básica da vida e as chances de ascensão social de pessoas negras na sociedade capitalista são mais significativos. Esta condição se dá devido aos processos de colonização, como ocorreu na construção da sociedade brasileira: a partir da violência e trabalho forçado de pessoas indígenas e negras que até hoje são tratadas como inferiores.

Outro ponto a ser questionado é em relação à escolaridade e ao trabalho formal. Ambas áreas são fundamentais para nosso desenvolvimento intelectual e subsistência diante a sociedade. Para alguns o progresso nessas áreas acontece conforme o desempenho individual de cada um, porém podemos questionar essa crença quando consideramos os fatores externos que perpassam os indivíduos e mudam seus caminhos. Ter um número tão alto de alfabetizados e que já estiveram no mercado de trabalho confirma que aqueles que sobrevivem nas ruas estão nessa situação por inúmeros fatores como desemprego (que na sociedade capitalista é obrigatória e nomeada de exército de reserva), quebra de vínculo familiar, situações de violência, como por exemplo a doméstica, vício, saúde mental fragilizada, entre outros fatores que fogem do controle de cada indivíduo.

Também me chama atenção a porcentagem em relação ao sexo e idade dos entrevistados. É difícil entender os motivos que geram essas problemáticas por se tratar de um assunto multifatorial, acredito que neste momento é importante levar em consideração quais as dificuldades encontradas por esses homens que os impedem de acessar a assistência social e receber ajuda de terceiros.

A coleta desses dados é muito importante para o desenvolvimento de políticas públicas e projetos que consigam alcançar esse público e, desta forma, viabilizar ferramentas que auxiliem sua reinserção na sociedade e acesso a direitos básicos. Viver em situação de rua é algo temido por todos, já que é de senso comum, as diversas violações dos direitos humanos que ocorrem quando se está nessa condição. Segundo o Diagnóstico, ‘viver’ na rua é estar:

[...] submetida a condições insalubres e desumanas em vias públicas (BRASIL, 2009b). Essa população está exposta a situações de maus tratos e violência. Entre 2015 e 2022, 2% do total de situações de violência notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, tiveram como motivação principal a condição de situação de rua da vítima (48.608 notificações), o que representa uma média de 17 notificações por dia (BRASIL, 2024, p. 20).

Quando pensamos na particularidade de se ser mulher em situação de rua, nos deparamos com a informação de que apesar de representarem apenas 13% dessa categoria, 40% das violências notificadas através do acesso ao sistema de saúde em 2022, foram referentes a elas. Neste momento não nos cabe aprofundar sobre essa especificação, mas destaco a importância da reflexão sobre o tema.

Outra dificuldade encontrada é referente ao método de pesquisa utilizado pelo Censo Demográfico, este deixou uma lacuna nos dados levantados tanto em 2010 quanto em 2020 devido ao método utilizado, o tradicional. A contagem utilizada leva em consideração apenas a população domiciliada e como consequência há prejuízos significativos em relação ao real conhecimento de dados referentes às pessoas em situação de rua, o que dificulta a elaboração de políticas sociais adequadas para esse segmento da população.

A invisibilidade e a repressão por parte do Estado para com a população em situação de rua são históricas. Podemos compreender que a abolição da escravidão foi um momento onde muitos libertos foram submetidos a condições inadequadas de vida, já que não houve uma preocupação com a forma que essas pessoas seriam inseridas na sociedade. Após uma semana desse momento histórico, foi elaborado por parte do Ministério da Justiça um projeto de repressão à ociosidade, pois desta forma, limitaria a circulação dos antes escravizados pelo espaço urbano. Penas contra vadiagem estavam presentes no Código Criminal de 1830, no Código Penal de 1890 e na Lei de Contravenções penais de 1941, que foi suspensa apenas em 2009 (NATALINO, 2023, p. 5).

O investimento em políticas públicas que levem em consideração a existência dessas pessoas permite que avanços importantes na garantia de direitos ocorram. Segundo Marco Natalino (2023, p. 5)

Em 2010, a população em situação de rua foi incluída como segmento específico no Cadastro Único (CadÚnico). Em 2011, estabeleceu-se o direito de acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) mesmo sem comprovante de residência. No ano seguinte, regulamentou-se o funcionamento dos consultórios na rua (CNRS) (NATALINO, 2023, p. 5).

Tendo como base de informações o CadÚnico e o Censo Suas, Natalino elabora uma tabela relacionando o número de municípios e a contagem de pessoas em situação de rua. Observa-se que em 2021 foi possível realizar o levantamento em 1.998 municípios totalizando 181.885 pessoas em situação de rua. O autor enfatiza que apesar das desvantagens, ter o CadÚnico como fonte de pesquisa é confiável pois foi observado que na última década houve um importante movimento de busca ativa por parte das profissionais da área. Além da contagem

oficial há as contagens feitas por ONGs que apesar de não serem totalmente confiáveis cumprem o papel que o Estado se ausentou.

Um passo importante para a organização desses dados foi a iniciativa por parte do Ministério da Cidadania que anualmente recolhe informações das secretarias municipais de assistência social desde 2013. Os municípios devem manifestar se possuem pesquisas e levantamentos que apontem as quantidades de pessoas em situação de rua no município em questão e, caso seja positivo, informar o número sobre essa classe. Esse é o principal levantamento realizado atualmente e acontece através da plataforma do Censo Suas (Sistema Único de Assistência Social) (IPEA, 2022, p. 7). A contabilização desses sujeitos é a resposta a um Estado que é marcado por inúmeras situações de assédio, violência policial, recusa de atendimento devido à falta de documentação e residência fixa, expulsão de espaços urbanos e destruição de pertences pessoais. Levantar essas informações é um passo necessário para o reconhecimento desses sujeitos enquanto pessoas com direitos.

Outro órgão importante para a contabilização é a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). É através dos equipamentos sociais Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) que ocorrem os atendimentos direcionados a estas pessoas e cujos dados são lançados no Registro Mensal de Atendimento (RMA). Com esta forma de organização se tornando corriqueira, o levantamento de dados será superior ao elaborado pelo CadÚnico e poderá ser utilizado como ferramenta de atualização e monitoramento.

Vale ressaltar que o Ministério da Saúde através dos equipamentos de atenção primária é capaz de contribuir com informações dos atendimentos realizados pelo programa Consultório nas Rua. Além dos equipamentos citados, no geral é possível se informar através de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o IPEA.

Segundo Natalino (2022), estipula-se que a porcentagem de pessoas em situação de rua entre 2019 e 2022 tenha crescido 38%, um dado muito importante, já que, é necessário levarmos em consideração os anos que ficamos submetidos a Covid-19 e as inúmeras dificuldades enfrentadas nesse período.

De acordo com a pesquisa realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, 31% das pessoas estão na rua há menos de um ano, sendo 64% por perda de trabalho, moradia ou renda. Destes, 42,8% afirmaram que se tivesse um emprego sairia das ruas. Ele apresentou ainda dados de cadastro de serviços do SUS que mostram que houve um aumento de 35% de mulheres em situação de rua (FIOCRUZ, 2021).

Outro dado apresentado pelo estudioso é de que entre 2012 e 2022 o aumento é equivalente a 211% e, em paralelo, o crescimento populacional foi de apenas 11%. A

problemática em torno das pessoas em situação de rua é tão impactante que se estipula que o número supera o crescimento vegetativo (diferença entre o número de pessoas que nascem e morrem).

Elaborar políticas de seguridade social para esse segmento é um grande desafio pois é uma realidade que está sempre se agravando e, conseqüentemente, exigindo cada vez mais do Governo Federal. São necessidades que abarcam serviços de acolhimento institucional, abordagem social, distribuição de alimentos, espaços de convivência em Centros POP, atendimento médico e odontológico, emissão de documentos, entre outros pontos. Não proporcionar essas respostas é uma violação de direitos básicos de cidadania. Reverter ou abrandar essa situação é um grande desafio, mas também é algo que não pode ser evitado e isso só será possível com a elaboração de uma política habitacional efetiva.

1.2.2 Moradia não é mercadoria e calçada não é casa

Através do debate intitulado ‘Direito à cidade nos tempos atuais’, a intelectual Ermínia Maricato realiza um resgate histórico para compreendermos por que as cidades são como são hoje. Nesse percurso, a autora destaca a influência da cultura escravista no processo de urbanização do país como uma característica central. Se considerarmos que a formação social capitalista no Brasil possui cerca de 520 anos de história e que apenas a partir da década de 1960 passou a ser predominantemente urbano, tem-se apenas 40 anos de predominância de população urbana. Em retrospecto trata-se de um território marcado por cerca de 3 séculos de colonização; 2 séculos de independência, com o estabelecimento do Império em 1822; tendo exercido legalmente a escravidão de indígenas e negros desde os primeiros registros na década de 1530, cujo veto legal ocorre cerca de 230 anos depois (em 1758) no que tange à população indígena e cerca de 360 anos (em 1888) para a população negra.

Um tópico muito relevante citado por Maricato é o processo de êxodo rural no Brasil durante o processo de industrialização que vinha sendo construído. As mudanças eram tão impactantes que era esperado que o Brasil passaria a ser um país independente das importações, porém, vê-se o intenso processo de industrialização se locomovendo para o Oriente.

Diante à quantidade exorbitante de novos cidadãos urbanizados, a ocupação das metrópoles consiste em uma aglomeração da classe trabalhadora que, para conquistar a casa própria, levantavam esses espaços através da força de trabalho familiar, visto que, já não

recebiam o suficiente para comprar uma casa diretamente do mercado imobiliário e nem existiam políticas sociais de garantia de moradia.

Outra tendência presente é o clientelismo, ou seja, a troca de favores entre essa população periférica e políticos, por exemplo, o asfaltamento de determinado bairro em troca de votos, prática comum até os dias de hoje. Essa situação era usual pois não existia o processo de construção de direitos, nem de cidadania, devido a invisibilidade dos bairros periféricos diante da comunidade como um todo. A autora enfatiza que a população não tem escolha pois, como já foi citado, a inviabilidade de consumir através do comércio imobiliário capitalista e o acesso a políticas públicas, as forçam a se inserirem na moradia irregular. Isto afeta a preservação da natureza, já que, ocupam as beiras de rios, desmatam áreas e se colocam em risco construindo em áreas íngremes, entre outras situações.

Uma forte política pública que se desenvolveu em decorrência dessas situações é o tão conhecido Minha Casa, Minha Vida. A dificuldade estabelecida pela política é a localização extremamente periférica extrapolando até mesmo os perímetros da cidade. O processo de hiperperiferização das moradias gerou a ausência do direito à cidade. É de conhecimento de todos que a mesma casa tem valores diferentes dependendo de onde está localizada, sendo assim, podemos concluir que a cidade é uma mercadoria. Um movimento importante que precisa ser destacado é a transformação que esses espaços devem sofrer para que as necessidades da periferia urbana sejam contempladas na relação homem x natureza. A Agroecologia, por exemplo, é uma potente ferramenta para garantir acesso à alimentação e à natureza nas grandes cidades. O Urbanismo Ativo vem para suprir as necessidades da periferia num movimento ativo de organização e, desta forma, garantir acesso fácil a todos os equipamentos necessários para suprir as necessidades básicas como, trabalho, lazer e alimentação.

A moradia é uma mercadoria totalmente diferente das outras. O aumento dos aluguéis, mesmo depois da expansão dos projetos sociais vinculados à garantia desse direito, ocorreu devido ao vínculo entre o edifício e a terra. O aumento dos preços ocorreu devido ao simultâneo aumento dos valores das terras, esse processo ocorre devido o número exponencial da população, onde a realidade encontrada são metrópoles que já não suportam o número de pessoas. Em paralelo, as cidades que estão ao seu entorno passam a sofrer o mesmo processo.

A especulação imobiliária, sob a perspectiva marxista do Serviço Social, pode ser compreendida como um mecanismo fundamental do capitalismo que garante a segregação socioespacial e perpetua desigualdades estruturais. No contexto urbano, a terra e a moradia

deixam de ser vistas como bens de uso social e passam a ser tratadas como mercadorias cujo valor está sujeito à lógica do mercado e à acumulação de capital.

No capitalismo, a valorização da terra e dos imóveis não ocorre apenas pelos seus usos, mas principalmente pelo seu potencial de lucro. Grandes proprietários, investidores e incorporadoras adquirem terrenos e imóveis, muitas vezes os mantendo vazios ou subutilizados, esperando a valorização da área para revendê-los a preços exorbitantes. Esse processo resulta no encarecimento do solo urbano, expulsando a população de baixa renda para áreas periféricas e dificultando o acesso a moradias dignas. Como apontado, a especulação imobiliária não é um efeito colateral do capitalismo, mas sim uma necessidade intrínseca ao sistema, garantindo sua reprodução por meio do monopólio da propriedade privada.

A contradição principal é que atualmente no país existem mais imóveis vazios do que o número de pessoas em situação de rua ou que ocupam moradias precarizadas, explicitando que a dificuldade atual não é material, mas ideológica já que o que falta é a viabilização destes imóveis. Segundo André Luiz Freitas Dias, coordenador do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua/Polos-UFMG:

Acho que as políticas habitacionais passam por ocupar esses imóveis, dar melhores condições. Frequentemente a gente ouve sobre projetos de construção de moradia popular nas periferias, mas a gente tem muitos imóveis ociosos na área central. Todas as políticas públicas que temos no Brasil são territorializadas (ESTILLAC, 2023).

Outro ponto importante sobre esses imóveis desocupados, é sobre sua localização. Tendo como referência a cidade de Belo Horizonte (BH), a maioria das casas estão situadas na região central da metrópole. Suponho que esse seja mais um empecilho para a reforma imobiliária, pois a tendência histórica é de assentar a população financeiramente mais pobre em áreas cada vez mais afastadas do centro urbano.

A Prefeitura de Belo Horizonte afirma que não tem um levantamento sobre a quantidade de imóveis vazios na cidade, mas, segundo dados da Secretaria Municipal de Política Urbana, a maior parte deles está concentrada na Região Central. É justamente no Centro da capital que estão focadas as políticas habitacionais da administração municipal (ESTILLAC, 2023).

Após a apresentação desses dados me intriga pensar que é necessário desenvolver programas de construção e viabilização de moradia como o Minha Casa, Minha Vida. Na minha concepção, se já existem imóveis adequados para a ocupação, porque construir novos? O que revela uma estratégia de não enfrentar os grandes proprietários desses espaços privados e manter seus bens. Desta forma, edificar novas casas e não enfrentar todo o problemático sistema imobiliário que se construiu no país, se tornou uma solução mais acessível.

Essas pessoas precisam ser incluídas na cidade. Eu não posso simplesmente pegar uma pessoa que está na rua e colocar num apartamento, porque existem essas despesas de água, de luz, de condomínio. Com o Estamos Juntos, vamos treinar, colocar a pessoa num programa de capacitação profissional, ela arruma um emprego, mantendo o bolsa moradia aí, futuramente, ela pode ser contemplada com uma unidade habitacional (ESTILLAC, 2023).

É contraditório pensar que a dificuldade do acesso à moradia é a falta de capacitação e acesso ao trabalho. No estudo abordado anteriormente, nos mostrou que 68% das pessoas em situação de rua já trabalham com carteira assinada. Essas pessoas já estão minimamente instruídas e o que me parece é que ter um trabalho não é garantia de acesso à dignidade.

Esse programa possui diversos benefícios, porém, outras diversas contradições que discutiremos no tópico a seguir.

2 O BEM-VIVER E SUA RELAÇÃO COM A MORADIA

Neste capítulo será introduzido o conceito de Bem-Viver como uma proposta de mudança radical na forma como elaboramos a relação humanidade x natureza na sociedade capitalista nos dias de hoje, além disso, qual foi o papel do processo de colonização na reestruturação dessa relação. Destaca-se também como as tecnologias têm sido utilizadas para agravar a exploração do trabalho e da natureza numa busca frenética e inconsequente por uma ideia de desenvolvimento.

Existem diversos termos para a mesma intenção, bem-viver é o mais conhecido, mas pode ser também Sumak Kawsay ou Suma Qamaã. Esta pluralidade de nomes existe pois o Bem-Viver pode ser entendido como uma construção coletiva através dos diversos conhecimentos ancestrais das mais diversas etnias indígenas que vão para além do Brasil, e que procuram uma alternativa ao desenvolvimentismo situado na perspectiva capitalista (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017, p. 234). Sendo assim, ele é diverso e segue em construção, tendo sido permeado por disputas e, muitas vezes, adequando-se ao contexto cultural e ambiental em questão.

Os autores Alcântara e Sampaio apontam que existem três vertentes diferentes quando analisamos o desenvolvimento do Bem-Viver, são elas: pachamamista, a socialista e estadista⁵ e pós-desenvolvimentista e ecologista. A vertente pachamamista é fortemente representada por líderes indígenas do Equador, Bolívia e Peru. Já a socialista e estadista podem ser vistas e exemplificadas através das políticas de implementação do Bem-Viver no Equador e na Bolívia. Por fim, a pós-desenvolvimentista e ecologista é constituída por movimentos sociais, como por exemplo: ecologistas, feministas, entre outros. (ALCANTARA, SAMPAIO. 2017. p.235)

Tendo como referência o conteúdo do livro O Bem-Viver de Alberto Acosta é possível compreender que o autor está vinculado a corrente pós-desenvolvimentista. Dentro dos estudos sobre o Bem-Viver é possível identificar debates que possuem abordagens diferentes sobre alguns conceitos. Para Acosta (2016) o Bem-Viver é praticado em escala global e não apenas no contexto andino e amazônico e tem como principais motivações desenvolver uma relação de respeito com a natureza, resistir ao colonialismo e ter um futuro diferente do que nos é imposto. No Bem-Viver a relação entre humanidade e natureza é o ponto de partida e a base

⁵ Segundo o dicionário Michaelis trata-se de um 'Ativista que sabe conduzir os assuntos de um governo; Homem de Estado'. Acesso em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=estadista>> 16 jan. 2026

de tudo enquanto assume uma postura biocêntrica⁶, este se resume a aceitar todos os ecossistemas e seres vivos, mesmo quando não há utilidade para os seres humanos.

A proposta apresentada faz referência a não se limitar a melhorar o sistema de acumulação capitalista ou de destruição e redistribuição de bens, mas debater a necessidade de mudanças profundas e radicais. O modo de viver nos tempos atuais está vinculado a comportamentos alienados que desgastam a capacidade crítica das pessoas. Atrelado a essa condição, está a tendência ao consumismo incentivado pelo Estado mesmo com aqueles que não possuem condições de se inserirem no ciclo de consumo, transformados em prisioneiros de um desejo permanente. Aqui compreende-se que através da criatividade e do compromisso com a vida, é possível construir novas formas de organização social e práticas políticas. Segundo Alberto Costa: “Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 21)

Tendo como referência a corrente pós-desenvolvimentista adotada por Acosta, a idealização desse novo mundo baseado nas organizações sociais das etnias indígenas, é entendida como uma oportunidade de desenvolver um estilo de vida que valoriza as relações sociais e as relações entre seres humanos e natureza. Esse novo ordenamento social se difere por assumir que os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza são medidos com o mesmo peso, e é por esse motivo que apenas a atualização da Constituição não seria suficiente, já que o capitalismo extrai sua força vital a partir da exploração da natureza. Esta hipótese é confirmada por Alberto Acosta que diz: “... esquemas antropocêntricos de organização produtiva causadores da destruição do planeta” (ACOSTA, 2016, p. 27). Neste momento é importante enfatizar que mesmo que essa ainda não seja a realidade, é crucial manter as práticas compatíveis com o Bem-Viver e continuar resistindo aos processos de colonização. Ainda a partir dos conceitos desenvolvidos por Acosta, o Bem-Viver faz-se necessário para garantir a existência das futuras gerações que neste momento estão em risco, visto que numa perspectiva global, garante respostas às mudanças climáticas e as violências sociais devido aos processos profundamente democráticos que perpassam a ideia. E como fica o Estado nesse novo contexto? Essa nova organização social não se resume mais a apenas defender os trabalhadores, a venda da força de trabalho e a necessidade do planejamento para a vida além do trabalho. Em adição o autor Acosta reforça que o exercício de poder deve ser horizontalizado recriando o mundo coletivamente a partir dos Direitos Humanos e da Natureza.

⁶ Segundo o dicionário Aurélio, Biocentrismo significa: ‘Conceito segundo o qual todas as espécies vivas têm o mesmo valor.’ Acesso em: <<https://www.dicio.com.br/biocentrismo/>> 17 jan. 2026

Concomitantemente a tecnologia é uma grande aliada das condições anteriormente citadas. Imaginava-se que seguir com seu desenvolvimento contribuiria com a diminuição do desgaste necessário para desenvolver o trabalho, porém, esse avanço tem acelerado ciclos de produção ao invés de diminuir o peso do trabalhador. É necessário levar em consideração que o avanço tecnológico não chega para todos e que, para aqueles que chegam, tem sido utilizado de modo divergente. A tecnologia não é neutra e é uma ferramenta de grande impacto para a valorização do capitalismo, ela transforma os trabalhadores em imprestáveis, redefine como o trabalho é organizado e contribui para sua flexibilização. (ACOSTA, 2016, p. 37)

Para superar essa ideia de desenvolvimento é necessário superar o próprio capitalismo. O conceito de desenvolvimento que majoritariamente adquirimos hoje foi desenvolvido na Europa há 500 anos com o processo de colonização ('civilizados' x 'primitivos') e tem como princípio o expansionismo, influência e destruição. No processo de concretização do expansionismo/colonização, a Europa formou a concepção de que o ser humano não faz parte da natureza e que então seria vantajoso explorá-la. Nesse processo, a tecnologia foi aperfeiçoada e utilizada como uma ferramenta neocolonial e imperial num sistema de extração e exportação da natureza em prol da acumulação capitalista. Diferente do Capitalismo, a corrente pós-desenvolvimentista supera esse entendimento tradicional sobre o que é desenvolvimento e o aborda de modo complexo.

O significado de 'desenvolvimento' que logo nos vem à cabeça tem como ponto de partida o ideal dos países apontados como desenvolvidos, porém, suas contradições se expressam de modo palpável por meio das expressões da 'questão social' presentes nos países colonizados.

O Bem-Viver vai no sentido contrário da ideia de desenvolvimento que possui raízes coloniais, ele exige um discurso contra hegemônico e que questione o conceito eurocêntrico de dominação. Além disso, elabora táticas de ação que forçam a reflexão, indignação e novas propostas. Existem outros movimentos que há tempos caminham para a mesma direção do Bem-Viver e atuam como aliados, por exemplo os ecologistas, feministas, marxistas e etc.

O desenvolvimento que é entendido como ideal para os países desenvolvidos não pode ser aplicado em escala global. Este desenvolvimento coloca em risco o equilíbrio do meio ambiente e dos próprios seres humanos. Segundo Acosta, "Qualquer um que acredite que o crescimento exponencial pode durar para sempre, em um mundo finito ou é louco ou economista" (ACOSTA, 2016, p. 34). Nessa busca incessante pelo acúmulo tudo é possível, desta forma, o próprio sistema capitalista é quem gera os problemas para o Capitalismo. Já para

os países subdesenvolvidos, abandonar o subdesenvolvimento é a principal meta é qualquer coisa é considerada plausível, até mesmo as devastações sociais e ambientais.

O processo de colonização das Américas por parte da Europa modificou drasticamente nosso modo de viver, mudanças que se perpetuam nas relações de poder da modernidade. Existem algumas formas de dominação que Alcantara e Sampaio (2016) destacam, mas, neste momento, a mais importante para dar prosseguimento ao nosso debate faz referência a colonização da natureza e da própria vida. Este modo de colonização encerra a ligação milenar entre a natureza e o ser humano. Também finaliza a relação entre os mundos físicos, espirituais e sociais, base da vida e do conhecimento dos povos ancestrais que teorizam e praticam o Bem-Viver (ALCÂNTARA, SAMPAIO, 2017, p. 235)

O autor Ailton Krenak, em seu livro ‘Ideias para adiar o fim do mundo’ apresenta princípios que fazem parte do entendimento sobre o que é o Bem-Viver. Trata-se de uma proposta baseada no conhecimento dos povos originários de alguns países, incluindo o Brasil, onde o autor indígena da etnia Krenak, traz reflexões que estão de acordo com essa proposta. Na passagem:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 12).

E ainda complementa:

Para que não fiquem pensando que estou inventando mais um mito, o do monstro corporativo, ele tem nome, endereço e até conta bancária. E que conta! São os donos da grana do planeta, e ganham mais a cada minuto, espalhando shoppings pelo mundo. Espalham quase o mesmo modelo de progresso que somos incentivados a entender como bem-estar no mundo todo (KRENAK, 2019, p. 16).

A primeira citação faz referência ao processo de colonização que tenta interferir na cultura dos povos indígenas ali localizados por compreenderem, de modo muito equivocado, que o modo de vida dessas pessoas era inferior e retrógrado. O autor ainda complementa que, também de modo equivocado, os colonizadores se baseavam na ideia de que existe um modo ideal de se viver, especialmente o modo do colonizador, e que esse seria o correto. A segunda passagem me chama muita atenção devido ao termo ‘bem-estar’ e a ênfase sobre o modo de vida desenvolvido a partir da produção e reprodução de bens materiais e da vida. Fica claro que o bem-estar é anteposto ao bem-viver.

2.1 A relação entre moradia e Bem-Viver

Escolhi desenvolver esse entrelaçado de temas para entender que garantir a moradia é uma preocupação e necessidade coletiva. O que me choca são as contradições claramente visíveis em qualquer espaço devido a mercantilização desse direito, condição imposta pelo sistema econômico capitalista. Imagino que a ‘resolução’ dessa problemática, a falta de acesso a moradia de qualidade e pública, deve andar lado a lado com as propostas do Bem-Viver devido os impactos ambientais que o construnegócio causa, os empecilhos colocados pelo mercado imobiliário e a importância da retomada das construções tradicionais. Morar sempre foi uma necessidade primária de todos os seres e tem sido elaborada e reelaborada durante toda nossa existência conforme nossas necessidades que também foram mudando com o passar da história. A retomada da construção tradicional, e de outros modos de construção que respeitam a natureza como a bioconstrução, estão de acordo com o princípio pós-desenvolvimentista e por esse motivo devem fazer parte da reorganização social que visa a coletividade e o entendimento da natureza como um ser que possui direitos tanto quanto nós.

Antônio Bispo no seu livro ‘A terra dá, a terra quer’ perpassa por diversas questões sendo uma delas a vida que levava e suas transformações ao longo do tempo. Logo de início o autor desenvolve suas concepções definindo o que é a cidade e a vê do seguinte modo:

O que é que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram (SANTOS, 2023, p. 8).

É possível fazer paralelo com o entendimento de espaço urbano segundo o Estatuto da Cidade que desenvolve no capítulo I, Art. 2º e seção I o entendimento de que as cidades devem proporcionar: “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;” (ESTATUTO DA CIDADE, p. 15)

Num outro momento, uma das passagens que mais me chamou a atenção é quando ele descreve a organização estrutural de sua casa paralelamente com as atividades que se desenvolviam no dia a dia dos moradores e como o material utilizado na construção afeta e complementa diretamente a qualidade de vida daqueles que ali moram. Bispo descreve da seguinte forma:

Pulsam também as memórias de amanhecer em uma casa construída com materiais locais, com uma parte do teto feita de telhas de adobe cru e outra parte feita de palha e madeira. A parte da casa levantada com adobe cru e teto de telha era o cômodo em que dormíamos. Como o clima tendia a ser mais ameno à noite, aquele era o espaço adequado para dormir. A parte da casa com paredes de taipa e teto de palha, por incrível que pareça, apesar do risco do fogo era o espaço da cozinha, exatamente porque as palhas e a taipa são térmicas. Aquele espaço esquentava menos durante o dia, e era onde se acendia a fôrnalha a lenha. O outro cômodo, de teto de palha e paredes feitas com varas secas, era onde se realizavam atividades coletivas como o tear, pois o espaço onde se tecia precisava ser mais ventilado. A nossa arquitetura era adequada às atividades praticadas ao longo do dia em cada um dos seus espaços (SANTOS, 2023, p. 1-2).

Durante certo período da vida Bispo se muda sozinho para a cidade, um espaço totalmente diferente e com uma rotina fora de seu comum. Numa tentativa de entender o que estava acontecendo ao seu redor, o autor realiza uma comparação muito pessoal, já que coloca lado a lado o lugar de onde veio e o ambiente construído ao seu redor. Bispo conta que:

Quando, aos dezoito anos, saí para conhecer uma cidade, percebi que existia outro mundo para além daquele onde nasci e me criei. A cidade era outro mundo. Nas cidades, as pessoas não sabiam fazer suas próprias casas, como sabíamos fazer no lugar de onde viemos. Não sabiam e ficavam dependendo de outros que as fizessem por elas. Onde nasci e fui criado, todo mundo tinha casa. Só não tinha casa quem não queria e morava com os pais, com os parentes ou com os amigos. Ou quem andava perambulando, quem achava por bem não ter casa porque era muito trabalhoso cuidar. Mas na cidade não era assim. As pessoas dependiam de casas que não sabiam fazer. Onde nasci e fui criado, desde criança, íamos observando, achávamos um lugar bonito, criávamos uma relação, uma comunicação com o lugar. E marcávamos: “Vou fazer a minha casa aqui”. Eu não precisava pagar para fazer a minha casa. Pelo contrário, no dia de fazer a casa, havia um grande mutirão, vinha todo mundo! Era uma festa, e fazíamos uma casa muito rapidamente. Quando cheguei à cidade, percebi que era preciso pagar para fazer a casa, pagar pelo terreno, pagar por tudo. Quando o saber é transformado em mercadoria e hierarquizado, qual é a medida que justifica um servente ganhar menos do que um pedreiro? (SANTOS, 2023, p. 9-10).

Através dessas passagens fica clara a dissonância entre o modo de vida daqueles que estão na cidade e dos outros que vivem no campo. Um dos costumes que mais choca é a relação que as pessoas têm com o espaço que chamam de lar. Não era uma relação construída ao longo dos anos em conjunto com a comunidade. As casas na cidade são tratadas como uma preocupação e um trabalho a mais para assumir. Outro ponto que o autor indica é o de como é difícil construir uma casa na cidade. Até sua concretização, um longo caminho precisa ser percorrido que vão desde a aquisição do terreno, contratação de funcionários entre outras demandas, uma realidade muito diferente do lugar de onde veio, em seu território o espaço é escolhido levando em consideração sua beleza e não seu custo financeiro. Além disso, construir não é uma tarefa individual e difícil. Ele ainda destaca a contradição da relação entre esse mercado e como a mercantilização do conhecimento

Um dos pilares do conceito de desenvolvimento humano através da perspectiva capitalista é o de transformação da natureza. Tendo como referência o livro ‘Ideias para Adiar o Fim do Mundo’ (2019) de Krenak, temos como orientação a seguinte ideia:

Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem—, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo que eu consigo pensar é na natureza (KRENAK, 2019, p. 10).

Através dessa definição podemos entender que a partir da organização capitalista, a natureza passa a ser vista como mera matéria prima. Um exemplo que sempre ouvi é: a madeira da árvore foi base da construção para uma carteira escolar que hoje utilizamos como material essencial de estudos, ou seja, a madeira foi transformada pelo ser humano e virou um item de utilidade para nós. Outro apontamento faz parte das reflexões elaboradas por Marx e Engels sobre o desenvolvimento de uma economia ecológica a partir da crítica da produção capitalista. Realizam uma abordagem onde a contradição principal ocorre entre valor de uso (é referente às necessidades de auto reprodução do ser social) x valor de troca (é referente a representação monetária do Capital). Também afirma que a natureza e o trabalho/serviços humanos, quando juntos, representam as duas fontes de toda a riqueza. As fórmulas capitalistas incluem 'apenas' o trabalho, tendo como consequência, a desconsideração dos valores da natureza, entendendo-as 'brindes' com o capital (FOSTER, 2015, p. 88). Porém, acredito que a natureza não é singela fonte de bens essenciais, mas sim, nossa primeira casa.

Um ponto a se destacar sobre a relação entre natureza e moradia é a questão da valorização dos imóveis em relação a suas localizações. Um termo que muito me chama a atenção são as chamadas áreas verdes. A decisão de onde certa casa será construída é um momento muito importante, pois será ali que vidas serão desenvolvidas. Nesse momento fica explícita a importância da natureza nessa decisão, já que, busca-se um espaço sadio para viver. O que me vem à cabeça quando penso na relação entre moradia e natureza é a importância que a natureza tem em garantir boa qualidade do ar, temperaturas adequadas e confortáveis para o dia a dia e a sensação de tranquilidade. A tentativa de privatizar as praias é um exemplo de pessoas financeiramente abastadas que estão procurando garantir para si esses espaços. As periferias hoje representam o contrário disso, pois a classe trabalhadora foi se ‘espalhando’ em áreas afastadas tentando suprir a necessidade de ter onde morar e, conseqüentemente, a vegetação foi sendo destruída para que casas fossem construídas.

A relação que desenvolvemos com a natureza está baseada na organização socioeconômica que estamos inseridos. Krenak é uma grande referência quando debatemos esse

assunto. No livro anteriormente citado, o autor reflete sobre como a relação sociedade x natureza se desenvolveu e se tornou o que é hoje, a de extrema exploração. Sobre o tema, Krenak diz: “Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios.” (2019, p. 12). A provocação do autor merece destaque pois nos propõe refletir sobre as mineradoras que encontramos na região.

Durante minha passagem por Mariana, ouvi algumas vezes a indignação de moradores que não concordavam com críticas sobre a atuação das mineradoras na cidade, já que, eram elas que proporcionavam empregos para centenas de famílias. Compreendo esse sentimento, mas, sempre que ouço isso a primeira coisa que me vem à cabeça é: certo, mas a custo de que? A custo de destruição tanto da natureza quanto das pessoas! É a mineração que tenta resolver tudo com indenizações, que são importantes para a reestruturação das famílias, mas não há dinheiro que renasça um rio, uma terra, uma fauna, uma flora, uma vida.

Numa perspectiva capitalista onde as demandas e necessidades das grandes empresas são priorizadas em prol de um crescente desenvolvimento e mais-valia, desenvolver planos de preservação dos direitos ambientais e humanos são motivos para travar constantes lutas. Ailton Krenak é uma dessas grandes figuras: líder indígena, filósofo, escritor, entre outros adjetivos, reforça esse posicionamento através da seguinte passagem:

Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a Unesco porque era importante que o planeta não fosse devorado pela mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos e tataranetos — ou os netos de nossos tataranetos — vão poder passear para ver como era a Terra no passado. Essas agências e instituições foram consagradas e mantidas como estruturas dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser (KRENAK, 2019, p. 8).

A partir do que foi apresentado, como podemos entender qual seria o modelo de um lar quando ele é condizente com a natureza? Alguns pontos são fundamentais: esse lar deve ser adequado ao meio ambiente, possuir conforto ambiental, gestão de água e resíduos, foco no usuário, eficiência energética e boa escolha de materiais. Tajiri, Cavalcante e Potente (2012, p. 30) atestam essa premissa por meio da seguinte citação: ‘Uma habitação pode ser considerada sustentável quando a adequação ambiental, a viabilidade econômica e a justiça social são incorporadas em todas as etapas do seu ciclo de vida’. Podemos compreender como o ciclo de extração, fabricação, construção, uso, demolição e posteriormente reciclagem do próprio espaço físico da casa.

O artigo de Foster (2015) intitulado 'Marxismo e Ecologia: Fontes Comuns de uma Grande Transição', tem como objetivo relacionar historicamente o marxismo e a transição ecológica. O autor argumenta que um influencia o outro de modo complexo, interdependente e dialético desde o final do século XIX e início do século XX. O desenvolvimento da relação entre o marxismo e a ecologia durante as últimas décadas tem sido importante para o momento da concretização da Grande Transição. Mais recentemente o movimento socialista tem dado mais importância às questões ambientais devido a crítica ambiental marxista que baseia a transformação da sociedade através da perspectiva ambiental, além da formulação de uma nova civilização anticapitalista. Finaliza refletindo acerca da escolha imposta a humanidade: continuar com o sistema econômico exploratório atual que arrisca a existência do próprio ser humano, ou implantar mudanças radicais que vão contra esse sistema numa tentativa de coexistir com a natureza.

O autor destaca a importância do conceito 'metabolismo social' como ideia central da obra econômica de Marx. Esse conceito pode ter como definição a relação entre ser humano e natureza, onde o primeiro, concretiza seu trabalho através da mediação, do regulamento e do controle do metabolismo entre ele e a natureza.

Através do desenvolvimento do conceito 'metabolismo social'/'metabolismo social da natureza', Marx pôde desenvolver o conceito de 'falha metabólica' que seria, uma ruptura irreparável entre a relação homem x natureza, ou seja, diante da relação que se desenvolveu entre o ser humano e a natureza (uma relação de intensa de exploração) atitudes desenvolveram consequências irreversíveis para a natureza e para o próprio ser humano.

O conceito de ecologia como entendemos hoje é resultado de uma teoria materialista dos sistemas (sistema de litosfera: rochas e solos; atmosfera referente ao clima e gases que envolvem a Terra e a hidrosfera que é composta pela água).

A ideia de ecossistema, segundo Tansley (1935), seriam os complexos naturais relativamente estáveis e resilientes (ou seja, adaptáveis) porém, vulneráveis e facilmente alteráveis. O autor complementa que, o ser humano foi identificado como um ser excepcionalmente poderoso que violou e transformou ecossistemas naturais. Este conceito ajuda a compreender o porquê de, atualmente, a ecologia focar sua atuação justamente na ruptura humana dos ecossistemas do local para o global, ou seja, a expansão do capitalismo transformou as pequenas interferências humanas em grandes interferências humanas.

2.2 Experiências alternativas ao modelo tradicional de moradia

Não é raro quando debatemos sobre agronegócio lembrar das imensas plantações de soja e milho. Quando adaptamos essa questão para as condições do mercado de moradia, a realidade se replica através de commodities de ferro, alumínio, PVC e outras dezenas de materiais com o mesmo destino. Assim como os grandes fazendeiros, no mercado da construção há negociações que geram uma enorme mais-valia concentrada com poucos integrantes do capital financeiro.

O autor Francisco Barros no livro ‘Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia’ faz o debate de que no meio rural não é diferente, quem domina o mercado da construção também são as empreiteiras, até mesmo as de pequeno porte e, desta forma, se concretiza o ciclo vicioso gerado pelo construnegócio: o lucro está com os donos das empresas, enquanto os trabalhadores que dominam o conhecimento teórico e prático, continuam submetidos a um trabalho sucateado. Uma outra problemática enfrentada pelos métodos modernos de construção quando aplicados ao meio rural é a logística de transporte. A matéria prima está localizada a grandes distâncias do canteiro de obra o que exige diversas, longas e pesadas viagens de caminhões queimando muito óleo diesel.

Os materiais comumente utilizados para a construção civil destroem o meio ambiente. Matérias primas como o cimento exigem que montanhas sejam desfeitas para a extração de minerais, a monocultura de madeiras como pinus e eucalipto empobrece quilômetros e quilômetros de terra e, aquelas mais resistentes, ficam cada vez mais escassas nas florestas nativas. No processo de confecção de tijolos, carvão e gás são utilizados para queima liberando CO₂ para a atmosfera. Barrancos e rios são destruídos para a extração de areia, químicos são utilizados para a produção de tinta e outras diversas problemáticas transpassam o processo de transformação dessas matérias primas. Apesar de extraídos da natureza, devido ao processo de transformação dos materiais para a construção civil, quando descartados não se decompõem com facilidade e se transformam num entulho que ficará por aqui algumas centenas de anos. Neste caso, a reciclagem é uma opção pouco adotada devido seu grau de dificuldade.

Muito se duvida da segurança das casas agroecológicas. Uma falácia amplamente divulgada é o risco que corre aqueles que possuem casas feitas de pau-a-pique que, supostamente, seriam ideias para abrigar além dos moradores também animais peçonhentos. Porém, até mesmo uma casa feita de tijolos, se mal construída e mantida, também vira abrigo para eles. Além da qualidade do edifício em si, sua durabilidade também tem sido questionada,

porém há parecer técnico por trás das construções tradicionais que asseguram sua qualidade e durabilidade.

Há algumas facilidades para aqueles que optam por construir agroecologicamente. Obras realizadas com um viés não produtivista podem ser comandadas e elaboradas pelos próprios moradores numa organização de autogestão, mutirão e cooperação entre a comunidade. Como pequenas cooperativas podem participar das licitações a mais-valia não é uma preocupação e as remunerações da equipe de trabalho são distribuídas com igualdade.

Em relação a produção dos materiais, por serem extraídos das redondezas, mantém o dinheiro na região e não o exporta para as multinacionais nas grandes capitais ou até mesmo fora do país, além de gerar economia para quem compra direto dos produtores. No transporte, queima menos diesel e desgasta menos os veículos. Também se ganha mais tempo de vida já que todo o processo acontece mais rápido. O impacto ambiental é significativamente menor, pois a extração é pontual, pulverizada e em pequena escala.

Existem diversas técnicas de construção alternativas às adotadas na contemporaneidade. Enfrentar a ideologia capitalista é um combate necessário para empregar tais conhecimentos. Quando não mais úteis, as construções agroecológicas podem ser inseridas facilmente no meio ambiente (“decompostas”) sem tornar-se entulho, pois eram materiais locais da região e que quase não foram transformados. As casas podem ser construídas, ampliadas e reformadas com facilidade já que o material é de fácil acesso.

Essas técnicas construtivas são milenares e devem ser desenvolvidas e adaptadas conforme cada ecossistema. Francisco Barros afirma:

A análise técnica profunda de uma habitação Xavante, por exemplo, bate os índices de salubridade, iluminação natural, ventilação, estanqueidade, eficiência energética e integração ambiental mais que qualquer casa erguida por um branco segundo as técnicas europeias importadas. Esse conhecimento ainda está questão aqui entre os camponeses e nas aldeias escondidas Brasil afora (BARROS, 2016, p. 454-455).

Esse tipo de construção já está presente em assentamentos, escolas populares, quilombos e comunidades ribeirinhas. Implementada muitas vezes por movimentos sociais, grupos autônomos e sindicatos auxiliam pontualmente junto com aparato técnico num movimento de se desvincular de uma formação elitista. Segundo Barros:

Fica ainda, por ser processo de aprendizado que reúne a apartada teoria da prática, por meio da práxis, o desejo e a reivindicação de que os espaços de educação formal nas escolas, cursos técnicos e universitários trilhem também por esse caminho, inserindo em seus currículos experiências de construção agroecológica, contribuindo de alguma forma para o processo de transformação social em curso (BARROS, 2016, p. 455).

A construção de moradias tendo como referência a agroecologia já acontece há algumas décadas. Um exemplo é o Assentamento Sepé Tiaraju localizado em Viamão no Rio Grande do

Sul. No ano de 2002 foi desenvolvido um projeto de construção do Centro de Formação do Trabalhador, local utilizado para realizar trabalhos de carpintaria e serralheria. Através dos ideais elaboradas e apresentadas no artigo ‘Processo Participativo em Bioconstrução de uma Edificação para o Centro de Formação do Trabalhador no Assentamento Sepé Tiaraju’ as autoras mostram soluções técnicas através de uma construção estruturada na cultura e estética dos povos e tecnologias veneculares⁷. Desenvolver autonomia e conhecimento sobre métodos construtivos faz parte do amadurecimento de movimentos contra hegemônicos que não corroboram com o nicho de empresas produtoras de materiais de construção.

O objetivo do projeto foi desenvolver um assentamento que unisse as pessoas e o ambiente natural abarcando aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais e, desta forma, capacitar os envolvidos para que pudessem se tornar agentes transformadores replicando o que foi aprendido em outros espaços. Este projeto foi elaborado seguindo os princípios agroecológicos e que são compatíveis com bem-viver: elaborado e construído coletivamente utilizando conhecimento popular e técnico através da integração com a paisagem e utilizando recursos naturais e locais, além de, desenvolver e trocar experiências. Desta forma, demonstra que é possível resgatar técnicas que proporcionam construir sustentavelmente, visando diminuir os impactos e desenvolver a autonomia de movimentos sociais, tanto os rurais quanto os urbanos.

A oficina foi construída e atualmente abriga diversas atividades do Centro de Formação. Em seguida foi elaborada uma biblioteca e uma Ciranda Infantil, ambas estruturas foram feitas utilizando técnicas bioconstruídas, bioclimatismo e saneamento ambiental.

Figura 2 – Construção de Superadobe



Fonte: TERRABRASIL, 2008.

⁷ Refere-se à linguagem, aos costumes, aos materiais ou às técnicas nativas, tradicionais ou regionais de um determinado povo ou localidade.

Figura 3 – Oficina do Assentado - Obra Concluída



Fonte: TERRABRASIL, 2008.

Outro exemplo é o Assentamento Conquista da Fronteira localizado em Hulha Negra no Rio Grande do Sul⁸. Através do registro por vídeo, é demonstrado o processo de construção de moradias para o local. O entrevistado Leandro Fagundes conta que as casas são feitas através do sistema de mutirão, desde o preparo até a execução. A segmentação do terreno é feita através de um planejamento que leva em consideração a topografia do terreno, o tipo de vegetação, disponibilidade de água e ventilação. Através da permacultura e bioconstrução abandonaram a divisão por ‘quadrados burros’ onde a preocupação era apenas de dividir o perímetro em quadrados.

Estruturas agroecológicas também estão sendo elaboradas para a viabilização de espaços públicos como escolas. No Assentamento João Amazonas em Ilhéus (BA), os moradores produzem tijolos de adobe⁹ feitos de argila, areia, palha de vegetação nativa e esterco. O projeto aconteceu através da parceria com a ONG Social Brasil que ofereceu o apoio técnico necessário, levando em consideração que parte dos trabalhadores já tinham experiência com construção de edificações. Este trabalho faz um resgate da tradição e agrega vantagens

⁸ O vídeo pode ser acessado pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=HDCruWQucag>>. Acesso em: 15 jun. 2026.

⁹ O vídeo pode ser acessado pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=JwmH08kD2GU>>. Acesso em: 17 jun. 2026.

como, por exemplo, redução de 68% dos gases de efeito estufa. Além do aprendizado e da construção em si, a comunidade viu na elaboração dos tijolos uma nova fonte de renda.

Figura 4 – Escola do Assentamento João Amazonas em Ilhéus



Fonte: Markus Mauthe - CAU/BR

Precisamos dar destaque para a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes¹⁰, que também foi feita utilizando técnicas bioconstrutivas e que muito contribuiu com o estabelecimento do MST. Segundo Maura Silva:

Foram mais de 1.000 pessoas, entre homens e mulheres, organizadas em 25 brigadas de trabalhadores voluntários de 112 assentamentos e 230 acampamentos de diversos estados brasileiros. Esse foi o contingente total para construir o que ficou conhecido com Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) (SILVA, 2015).

O objetivo desde o começo era elaborar um espaço de formação público. Logo em 1996, após uma reunião da coordenação nacional do MST realizada em Sergipe, foi iniciado o processo de arrecadação de fundos que durou até 1999 quando um lote foi adquirido em Guararema, porém, foi em 2002 que as obras começaram e se estenderam até 2005. A própria construção da escola já foi pensada como um projeto pedagógico, ali foi proporcionada formação tanto profissional, acadêmica quanto política para os voluntários.

A Escola Florestan Fernandes comprova que a participação efetiva na construção desses espaços contribui com o desenvolvimento do coletivo e do particular. Foram cerca de 1.000 voluntários que tiveram suas vidas diretamente impactadas com a construção. São muitos os

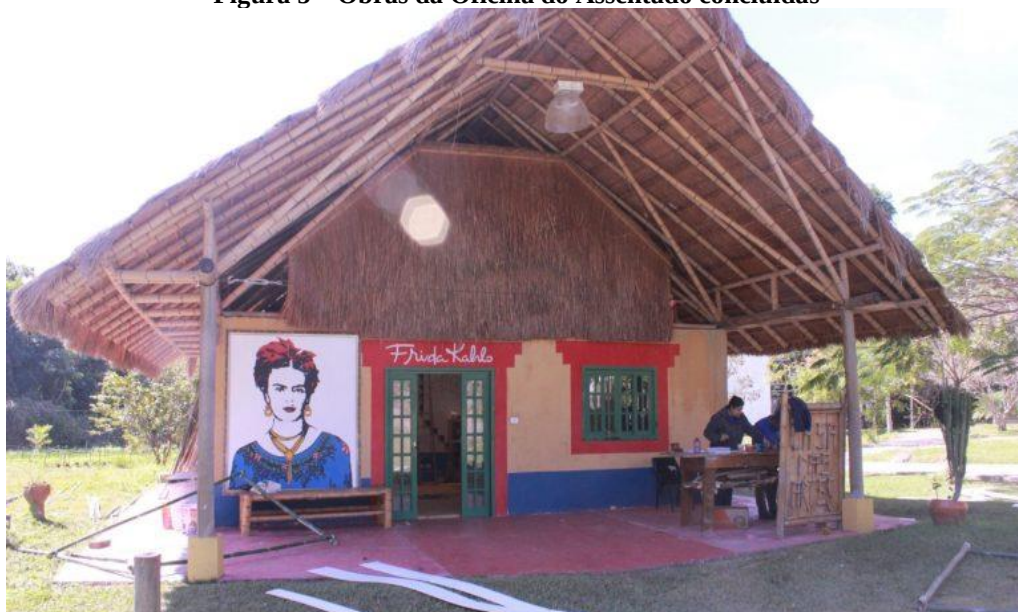
¹⁰ fonte: <https://mst.org.br/2015/07/17/dez-anos-de-enff-um-sonho-construido-a-muitas-maos/>

depoimentos, como por exemplo o de Manoel Bernardo para a reportagem ‘Dez anos de ENFF, um sonho construído a muitas mãos’ de Maura Silva: “ao levantar os tijolos da ENFF, conseguiu levantar também os seus próprios alicerces”.

Segundo o artigo ‘Sustentabilidade socioambiental na construção civil: produção do espaço sem exploração do meio e do ser humano’, uma atenção especial foi dada a esta construção desde o princípio. Além da preocupação de proporcionar um espaço de acolhimento aos frequentadores, a edificação foi construída com o menor impacto possível em relação ao meio ambiente através da apropriação de técnicas como por exemplo o uso de tijolos solocimento feitos pelos próprios trabalhadores e paredes de taipa de pilão. A escola possui uma mega estrutura, detalhadamente são, segundo Maura Silva para a página do MST:

[...] três salas de aula, com capacidade para 200 pessoas, auditório, anfiteatros, uma biblioteca com mais de 40 mil títulos, espaço de leitura, casa de artes, a Ciranda Saci Pererê (que assegura a participação das alunas e alunos que levam seus filhos às atividades) e uma ilha de edição onde funciona a rádio da ENFF (SILVA, 2015).

Figura 5 – Obras da Oficina do Assentado concluídas



Fonte: Michele Gonçalves/ Brasil de Fato

Um outro projeto foi desenvolvido pelo Coletivo de Ação Universitária da FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) junto com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). O projeto consistiu na reforma de uma das casas da brigada permanente da ENFF, especificamente na construção de um teto verde.

Com este projeto foi possível capacitar os participantes e elaborar um Plano de Trabalho com o propósito de viabilizar futuras construções, reformas e ampliações dos edifícios da Escola através de uma arquitetura condizente com os princípios de sustentabilidade social e ambiental. Se trata de uma tentativa de negação do trabalho alienado. Através da documentação será possível ter acesso às discussões realizadas, das decisões tomadas e dos caminhos que foram utilizados para decidir o futuro.

O Coletivo ressalta que não se trata de uma mera prestação de serviços, mas da troca de conhecimentos, um diálogo não abstrato e enfrentamento de problemas concretos vislumbrando construir um espaço de habitação melhor e uma sociedade mais justa. O projeto foge do discurso participativista que já foi incorporado pelo capital e é recomendado por organismos como o Banco Mundial.

Os encaminhamentos de toda a construção foram organizados através de Assembleias de Projeto. Decisões referentes a custo, o esforço que exigiria dos trabalhadores, a quantidade de material necessário, às dificuldades com transporte, aquisição e a estética final foram decididas de modo horizontal, sendo assim, o projeto final foi concluído conforme o melhor para os futuros moradores, construtores e arquitetos. Como foi citado anteriormente, um outro propósito do projeto foi pensar sobre o exercício em si, respeitando os limites da força de trabalho visando não atingir a exaustão, algo que normalmente não é cogitado nas obras convencionais.

O teto verde foi construído conforme a viabilidade econômica imposta naquele momento. Na escassez de uma manta impermeável, que é responsável por sustentar toda a terra, além de proteger as tramas de bambu integradas ao projeto do teto, foram utilizados tapetes velhos doados pela comunidade. Isso exemplifica como esse tipo de construção pode ser versátil. A utilização dessas técnicas e materiais pontualmente podem não impactar de modo direto o mercado do construnegócio, mas reforça a recusa da transferência de poder que o dinheiro proporciona a aqueles que o embolsam e ao consumo de materiais chefes na área como é o caso da areia, cimento e aço. De modo simples, a areia é um material que possui um alto impacto ambiental e a produção de cimento e aço envolve a produção de diversos poluentes que são jogados na atmosfera.

O pensamento que envolve o ideal na relação entre trabalho e sustentabilidade pode ser entendido como o resultado da matéria juntamente com aqueles que a trabalharam resultando no material. É o impacto ativo do trabalhador que proporciona a concepção e a realização. A construção de um habitat agroecológico exige a apropriação do território, da paisagem e do

lugar por seus habitantes, pois desta forma é possível que eles desenvolvam um sentimento de pertencimento com o espaço, ligando o emocional ao material. Os meios para atingir uma sociedade sustentável devem ser sustentáveis.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa, realizada por meio de revisão bibliográfica, investiga a relação entre o direito à moradia e o Bem-Viver, evidenciando como o capitalismo é responsável pelas desigualdades em relação às limitações ao acesso a moradia e a destruição ambiental. O estudo demonstra que o modelo tradicional de construção é predatório e excludente, enquanto os princípios do Bem-Viver e as técnicas de bioconstrução e agroecologia podem ser consideradas como alternativas viáveis e necessárias para a garantia de uma moradia digna e sem exploração predatória da natureza. Embora a aplicação dessas práticas ainda seja inicial, a pesquisa constatou que elas são capazes de proporcionar autonomia e qualidade de vida para aqueles que optam por sua implementação. Essa escolha é baseada na urgência de superar a lógica do construnegócio em prol de uma organização social que priorize os direitos humanos, da natureza e supere as desigualdades de classes.

A metodologia da pesquisa está fundamentada em uma revisão bibliográfica estruturada a partir de autores como Alberto Acosta, Raquel Rolnik e Ailton Krenak em paralelo a análises de relatórios governamentais, dados estatísticos (como do CadÚnico e do Censo Suas) e registros audiovisuais. Essa construção metodológica é complementada por uma reflexão crítica baseada em estudos de caso e experiências práticas do MST, permitindo o diálogo entre a teoria marxista, os princípios do Bem-Viver e as vivências que estruturam lutas habitacionais, o que garante uma abordagem interdisciplinar que conecta o debate sobre território, moradia e sustentabilidade.

Quanto às limitações desta pesquisa, destaca-se, primeiramente, o seu caráter bibliográfico e documental que, neste momento, não abrange a análise empírica resultado de um trabalho de campo próprio. Destaco ainda que as práticas de bioconstrução e agroecologia habitacional encontram-se em estágio inicial de aplicação, o que limita a disponibilidade de uma amostra mais ampla de experiências consolidadas para generalizações. Além disso, é necessário destacar que os dados oficiais utilizados, como o CadÚnico e o Censo Suas, possuem limitações estruturais e subnotificações históricas, quando se trata da fatia da população em situação de rua, o que impõe cuidado na interpretação estatística da realidade habitacional brasileira.

REFERÊNCIAS

- AMIGOS AFF. Maricato: "Direito à cidade nos tempos atuais". 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AvbHmGw-M2U>> . Acesso em: 24 mar. 2025.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Significados da casa e do morar. Revista Vértices, Campos dos Goytacazes, v. 18, n. 2, p. 207–219, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.19180/1809-2667.v18n216-14>> . Acesso em: 27 abr. 2025.
- BARROS, Chico. Por uma construção também agroecológica. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm> . Acesso em: 28 maio 2024.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2024.
- BRASIL DE FATO. Território em Fluxo – Episódio 2: Moradia. 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tJ0poyE2cXU>> . Acesso em: 04 ago. 2025.
- ESCOLA VIRTUAL GOV. Introdução à Eficiência Energética em Habitação de Interesse Social. ENAP, 2014. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br>> . Acesso em: 24 mar. 2025.
- ESTILLAC, Bernardo. Imóveis vazios equivalem a 20 vezes a população em situação de rua em BH. Estado de Minas Gerais, Minas Gerais, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/07/05/interna_gerais,1516248/imoveis-vazios-equivalem-a-20-vezes-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-bh.shtml> . Acesso em: 06 jun. 2025.
- FIOCRUZ. População em situação de rua aumentou durante a pandemia. Fiocruz Brasília, 22 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>> . Acesso em: 31 jul. 2025.
- FOSTER, J. B. Marxismo e Ecologia: Fontes comuns de uma Grande Transição. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 80-97, 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Estimativa da população em situação de rua no Brasil: fontes de dados e metodologia. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf> . Acesso em: 3 fev. 2026.
- KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MANCUSO, E. Marxismo e Ecologia, reencontro necessário. Outras Palavras, São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/marxismo-e-ecologia-reencontro-necessario/>> . Acesso em: 31 jul. 2023.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?palavra=morada>> . Acesso em: 27 abr. 2025.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/ipea-g20/noticias-g20/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>> . Acesso em: 3 fev. 2026.

NEVES, Célia; FARIA, Obede Borges (org.). Terra Brasil 2022: VIII Congresso de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil. [S. l.]: Rede Terra Brasil, 2022. Disponível em: < <https://redeterrabrasil.net.br/wp-content/uploads/2022/01/Livro-TerraBrasil-2022.pdf>> . Acesso em: 1 jun. 2026.

PASSEANDOUNB. A Cidade é uma só? | Adirley Queirós. 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vVlqCVKdlxA>> . Acesso em: 04 ago. 2025.

ROLNIK, Raquel. Acesso ao solo urbano: limites e possibilidades. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: < https://www.unmp.org.br/wp-content/uploads/2008/10/LIVRO_AULA_1.pdf> . Acesso em: 05 fev. 2026.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, 1989.

SILVA, Gislaine Carolina da; ALMEIDA, Maristela Moraes de. Intersecções entre o habitar heideggeriano e o fazer arquitetônico. Revista Jatobá, Goiânia, v. 5, 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.5216/revjat.v5.76939>> . Acesso em: 17 jun. 2026.

SILVA, Maura. Dez anos de ENFF, um sonho construído a muitas mãos. MST, 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/07/17/dez-anos-de-enff-um-sonho-construido-a-muitas-maos/>> . Acesso em: 17 jun. 2026.

TV BOITEMPO. Introdução a DAVID HARVEY — Aula #1: Uma visão marxista do espaço urbano RAQUEL ROLNIK. 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Vi3qfKt4yvc>> . Acesso em: 04 ago. 2025.